

ATÉ SEMPRE FERNANDO VALLE, MESTRE DA FRATERNIDADE

Acção Socialista

Nº 1233 - 8 Dezembro 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



A FORÇA DA RAZÃO NUM COMBATE DECISIVO



Santana Lopes já deu o mote para a campanha eleitoral. Da banda dele, vai ser a campanha do vale tudo: mentir, fingir-se de vítima, apelar às emoções, actuar como se o país fosse uma "reality show". Mas nenhuma demagogia conseguirá esconder o óbvio: o descalabro de uma direita irresponsável, incompetente e retrógrada. Os socialistas não devem desvalorizar o populismo: o

triumfalismo e a euforia são inimigos da vitória. Com a plena consciência de que nenhuma eleição está ganha à partida e que as sondagens não substituem o trabalho de esclarecimento e mobilização das pessoas, o PS avançará determinado e confiante num combate decisivo para a qualidade da democracia. Porque a razão está do nosso lado.

NOVAS FRONTEIRAS

Arrancou o Fórum de preparação do programa do Governo 3

ORÇAMENTO DE ESTADO

Sócrates defende estratégia assente no crescimento e na coesão 7

PLENÁRIOS DE MILITANTES

PS a postos para o combate das legislativas 6

SUPLEMENTO



COMÍCIO

COM JOSÉ SÓCRATES

CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA [ANTIGA FIL] :: 17 DEZ :: 21H



ESCOLHER O PS OU RENDER-SE AO POPULISMO

Quem assistiu ao discurso com que o ainda primeiro-ministro encerrou a discussão do orçamento ficou a saber definitivamente com o que pode contar nos próximos tempos. Santana Lopes não perde nem um segundo com coisas que ele acha menores, tais como conhecimento dos assuntos, respeito pelas regras, dignidade institucional, verdade. O seu mundo é a demagogia, é aí que começa e acaba o seu interesse político.

Todas as mentiras serão usadas pela direita, na próxima campanha eleitoral. O PS será acusado de servir os interesses do grande capital, de proteger os que fogem ao fisco, de estar feito com a comunicação social. Do Presidente da República dir-se-á cobras e lagartos, sem nenhum pudor, sem nenhum limite. A liberdade de Imprensa será transformada em "central de intoxicação". Ao invés, o duo Santana Lopes/Paulo Portas apresentar-se-á como campeão dos pobrezinhos, dos idosos, dos antigos combatentes, dos funcionários.

Para este efeito, metamorfosear-se-á em paladino da justiça social e do combate à fraude fiscal. Declarar-se-á vítima de tudo e de todos, bebé prematuro que não deixaram crescer. Tentará deitar lama sobre todos ao adversários, numa intensidade directamente proporcional ao desespero em que se encontrem.

Os Socialistas devem estar preparados para esta campanha. O que passa por ter consciência de três coisas.

A primeira é que nenhuma eleição se ganha menorizando os concorrentes. Mas não menorizar não significa temer. O apelo

populista não deve ser subvalorizado: ele tem eco numa cultura e modo de ser que ganhou honras de horário nobre nas televisões. O combate ao populismo é, porém, incontornável – a bem da qualidade da democracia portuguesa. Não precisamos de euforias e já temos a experiência amarga das derrotas que resultaram de debilidade no trabalho político e desprezo pelo adversário.

Precisamos, isso sim, de determinação e vigor no combate e de confiança na força da nossa razão.

A segunda coisa de que importa ter consciência é que Santana Lopes se apresentará desta vez a eleições depois de ter exercido funções. O argumento do engano, com que muitos justificaram o voto que lhe deram para a CML e a frustração que se lhe seguiu, já não colhe. Santana Lopes como primeiro-ministro será o que foi até agora: desleal, instável, manipulador, vazio, vazio, vazio, sem réstia de sentido de Estado. Cada eleitor, cada eleitora, tem de ser confrontado com esta verdade: se quer o Estado à mercê de um aventureiro, é votar PSD; se não quer, tem de dar a maioria ao PS. Conseguir a maioria é muito importante. Devemos pedi-la: O PS merece tê-la, finalmente, para executar o seu programa e responder por ele. Só o conseguiremos, contudo, unidos: por muito grande que seja a distância que nos separe, a distância que nos separa do populismo de Santana Lopes e de Paulo Portas é infinitamente maior. E é esta distância que se encontra em jogo nas próximas eleições.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

Conseguir a maioria é muito importante. Devemos pedi-la: O PS merece tê-la, finalmente, para executar o seu programa e responder por ele

BACALHAU IMPRÓPRIO PARA CONSUMO

ANTOONIO COLAÇO

A **APAB** (ASSOCIAÇÃO DOS PORTUGUESES AMIGOS DO BACALHAU) ALERTA TODOS OS CONSUMIDORES DE QUE ACABAM DE SER LANÇADOS NO MERCADO ALGUNS **FARDOS** DE BACALHAU IMPRÓPRIO PARA CONSUMO.

TENDO EM CONTA A QUADRA NATALÍCIA QUE SE AVIZINHA E **FARTOS** DA FALTA DE ESCRÚPULO DE CONHECIDOS **VENDEDORES DE BANHA DA COBRA** QUE NÃO OLHAM A MEIOS PARA ALCANÇAR OS SEUS OBJECTIVOS, A APAB, NO INTUITO DE PRESERVAR A SAÚDE DE TODOS OS SEUS ASSOCIADOS APELA PARA A **MAIOR DIVULGAÇÃO** DESTE ALERTA SANITÁRIO.



NOVAS FRONTEIRAS

DEFINIDAS QUATRO GRANDES ÁREAS DO PROGRAMA DE GOVERNO

O crescimento económico, as novas políticas sociais, a qualidade de vida e a inserção de Portugal no mundo, são as quatro grandes áreas de actuação em que se irá desenvolver e aprofundar o programa do Governo no âmbito do fórum "Novas Fronteiras", cuja primeira reunião do Conselho Coordenador se realizou no passado sábado, em Lisboa.

O Conselho Coordenador do fórum "Novas Fronteiras" é constituído por dez elementos, cinco deles independentes: o economista Manuel Pinho, o constitucionalista Vital Moreira, o ex-ministro da Ciência Mariano Gago, a escritora Lídia Jorge e o investigador João Ferrão. Quanto aos dirigentes socialistas, eles são António Vitorino, Jaime Gama, Augusto Santos Silva, Maria João Rodrigues e Sérgio Sousa Pinto. O mandatário do fórum é o constitucionalista Gomes Canotilho.

Após aquela reunião que juntou vários independentes e militantes do PS num hotel de Lisboa, o coordenador do programa eleitoral socialista, o ex-comissário António Vitorino, considerou fundamental que as finanças públicas sejam sãs e equilibradas, de forma a permitir o relançamento da actividade da económica.

No futuro programa eleitoral do PS, o investimento público para o crescimento terá como grandes prioridades a qualificação dos recursos humanos, a aposta na inovação empresarial e a criação de um plano tecnológico, em sintonia com as carências estruturais mais graves de que o país sofre e com as orientações da União Europeia.

Ficou também a saber-se que o ex-primeiro ministro António Guterres irá dar o seu contributo para os trabalhos do fórum "Novas Fronteiras", designadamente a nível das questões relacionadas com a política externa.

De referir que aquela iniciativa estava inicialmente prevista para arrancar apenas em 29 de Janeiro, mas em virtude da convocação de eleições legislativas pelo Presidente da República, o PS decidiu antecipá-la uma semana. Nas primeiras



semanas de Janeiro, realizar-se-ão convenções distritais da Convenção "Novas Fronteiras" um pouco por todo o país.

Segundo António Vitorino, o "Fórum Novas Fronteiras" não termina no dia em que se realizarem as eleições legislativas. A ideia, pelo contrário, é prolongar esta iniciativa para lá do acto eleitoral, independentemente dos resultados que se verificarem para a Assembleia da República.

A decisão de atribuir a coordenação do programa de Governo a António Vitorino foi ratificada na última reunião da Comissão Política. O programa será depois apresentado a 22 de Janeiro, na Convenção "Novas Fronteiras".

SANTANA LOPES É INSOLENTE



"Achei o discurso do dr. Santana Lopes muito insolente e muito inapropriado", acusou o secretário-geral do PS José Sócrates, referindo-se às declarações do primeiro-ministro, segundo as quais o Presidente da República lhe terá garantido por três vezes que não dissolveria a Assembleia da República. Referindo-se a Santana Lopes, o secretário-geral do PS considerou ser necessário manter o respeito pelo Presidente da República. "Quem não tem respeito pelo Presidente da República terá respeito por quem", perguntou, acrescentando que "o único culpado desta crise é Santana Lopes". "Santana Lopes não é vítima. Ele é verdadeiramente o autor desta crise", sublinhou José Sócrates.

SECRETÁRIO-GERAL EM TORRES VEDRAS

SÓCRATES PEDE MAIORIA PARA EXECUTAR PROJECTO SOCIALISTA

O secretário-geral do PS, José Sócrates, pediu aos portugueses uma maioria nas eleições legislativas antecipadas que permita ao PS executar o seu projecto político, num quadro de estabilidade parlamentar.

"Queremos fazer uma mudança política em Portugal que passa por um novo projecto político que o PS vai apresentar nas próximas eleições e pedir aos portugueses que nos dêem condições para governar e que participem na construção de uma maioria", afirmou no

passado dia 3 José Sócrates em Torres Vedras perante centenas de militantes e simpatizantes presentes num jantar organizado pela Federação Regional do PS da Área Oeste (FRO).

"E pedir condições para governar é pedir que possamos ter uma maioria no Parlamento que nos permita executar o nosso projecto", acrescentou.

"Não queremos uma maioria para ter mais poder, mas porque é condição para haver governabilidade em Portugal, para haver estabilidade e para a aplicabilidade de um

projecto que tenha princípio, meio e fim e que não seja interrompido", disse.

José Sócrates apelou também à participação dos militantes, sustentando que "há um momento para escolher e um voto no PS será uma oportunidade para um novo projecto político de modernidade e de futuro".

Na sua intervenção, o líder socialista teve ainda fortes críticas ao primeiro-ministro e ao Governo de coligação PSD/PP

"Só há um responsável para esta crise política em que vivemos, e esse responsá-

vel chama-se Santana Lopes", acusou.

"A responsabilidade da crise reside nesta maioria. Eles tiveram tudo para governar, uma maioria e a cooperação do Presidente da República que lhes deu todas as oportunidades e uma oposição responsável por parte do PS, mas tudo tiveram e tudo desperdiçaram", declarou José Sócrates.

Como exemplo da "má governação da actual maioria", o líder do PS apontou o aumento exponencial do desemprego nos últimos dois anos e meio que atingiu mais

150 mil pessoas.

E referiu também que o Governo de direita "falhou a sua única obsessão, que foram as contas públicas", pois actualmente "está pior o défice e pior a dívida pública". Na sua intervenção, frequentemente aplaudida, o secretário-geral prometeu ainda uma nova política baseada no rigor das contas públicas e no desenvolvimento tecnológico, sublinhando ao mesmo tempo que "o país precisa de tomar consciência da situação económica a que chegou" às mãos do Governo de direita.

COORDENADORES DO FÓRUM "NOVAS FRONTEIRAS"



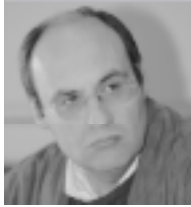
Gomes Canotilho

O constitucionalista Gomes Canotilho, mandatário do Fórum "Novas Fronteiras", nasceu em Pinhel, distrito da Guarda, há 63 anos, tendo-se licenciado em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra com 17 valores, em 1965. Convidado nesse ano para assistente de Ciências Políticas, iniciou as suas funções docentes em Março de 1966 e, desde então, quer como professor catedrático, quer como investigador, tem estado sempre ligado à Faculdade de Direito de Coimbra, onde se

doutorou em 1982.

Autor de um vasto número de obras jurídicas e de textos científicos, Gomes Canotilho foi vice-reitor da Universidade de Coimbra e vice-presidente do conselho directivo da Faculdade de Direito da mesma universidade.

Em 2003 foi distinguido com o Prémio Pessoa e já este ano foi agraciado com a Comenda da Ordem da Liberdade.



António Vitorino

O ex-comissário europeu responsável pela Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino, nasceu em Lisboa em 1957. Mestre em Ciências Políticas pela Faculdade de Direito onde também se licenciou, este antigo juiz do Tribunal Constitucional foi também ministro da Presidência do Conselho de Ministros e ministro da Defesa no Governo de António Guterres nos anos 1995 a 1997. António Vitorino foi ainda secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares no Governo do Bloco Central, presidente da Comissão Parlamentar dos Assuntos Constitucionais e Direitos Cívicos e secretário de Estado da Administração e Justiça do Governo de Macau, deputado à Assembleia da República e deputado ao Parlamento Europeu, entre outros cargos. Professor universitário, António Vitorino é também autor de vários livros nas áreas dos Assuntos Europeus, Direito Constitucional e Ciências Políticas.



Vital Moreira

Natural de Coimbra, o constitucionalista Vital Moreira é desde há largos anos professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Membro de diversas organizações internacionais ligadas ao Direito e aos direitos humanos, Vital Moreira foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República eleito nas listas do partido comunista do qual se afastou há muito.

Antigo juiz do Tribunal Constitucional, Vital Moreira é colaborador semanal do jornal "Público" e autor de cerca de uma dezena de livros jurídicos.



Jaime Gama

Fundador do PS, Jaime Gama é membro da Comissão Nacional e da Comissão Política. Licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa, este açorianado nascido em S. Miguel, foi deputado do PS à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República em várias legislaturas. Jaime Gama tem também uma vasta experiência governativa. Foi ministro da Administração Interna no I Governo Constitucional e ministro dos Negócios Estrangeiros no Governo do Bloco Central, ambos chefiados por Mário Soares. Nos governos de António Guterres foi ministro de Estado, da Defesa e voltou a ocupar o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros.

Professor associado da Universidade Autónoma de Lisboa, entre 1992 e 1995, Jaime Gama foi distinguido pela sua acção cívica e política com diversas condecorações em Portugal, Reino Unido, Espanha e França.



Lídia Jorge

Unanimemente considerada como uma das maiores romancistas da literatura portuguesa contemporânea, Lídia Jorge, natural de Boliqueime, licenciou-se em Filologia Românica pela Universidade de Lisboa. Foi professora do ensino secundário e membro da Alta-Autoridade para a Comunicação Social. "O Dia dos Prodígios", "O Cais das Merendas", "Notícia da Cidade Silvestre" e "A Costa dos Murmúrios" (obra recentemente adaptada a cinema) são alguns dos seus romances mais conhecidos traduzidos em vários idiomas.



Sérgio Sousa Pinto

Deputado ao Parlamento Europeu desde 1999, Sérgio Sousa Pinto, 32 anos, é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

Antigo secretário-geral do JS onde ficou conhecido pela defesa dos chamados temas fracturantes, foi também deputado à Assembleia da República. Sérgio Sousa Pinto começou muito cedo a sua actividade política e cívica, tendo sido eleito presidente da Associação de Estudantes do Liceu Gil Vicente, em Lisboa, no ano de 1989.

Colunista regular na imprensa portuguesa e europeia desde 1994, é ainda co-autor com Mário Soares do livro "Diálogo de gerações", sobre Portugal, o socialismo, a Europa e a globalização.

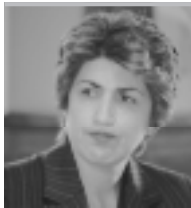


João Ferrão

Membro do Conselho Directivo e da Comissão de Mestrado do Instituto de Ciências Sociais, onde é investigador principal, João Ferrão é licenciado em Geografia e doutor em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Co-coordenador do estudo "Municípios: sustentabilidade e qualidade de vida", no Instituto de Ciências Sociais e membro do Conselho das Ciências Sociais e Humanas, na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, João Ferrão tem um vasto currículo como docente diversas instituições académicas e estudos e projectos de investigação em Portugal e no estrangeiro.

João Ferrão é ainda autor de uma vasta obra científica.



Maria João Rodrigues

Antiga ministra para a Qualificação e o Emprego no primeiro Governo de António Guterres, Maria João Rodrigues é doutorada em Economia pela Sorbonne de Paris, possuindo ainda uma agregação em Economia pelo ISCTE, instituto onde é professora catedrática.

Autora de mais de 60 trabalhos publicados sobre temas ligados ao emprego, economia e políticas sociais, Maria João Rodrigues foi presidente da Comissão Interministerial de Acompanhamento da Estratégia de Lisboa, na Presidência do Conselho de Ministros entre 2001 e 2003.

Mercê das suas funções académicas e públicas e também pelo alto contributo europeu, Maria João Rodrigues foi em 2003 agraciada com a Ordem do Infante D. Henrique, no grau de Grande Oficial.



Manuel Pinho

Actual administrador do Banco Espírito Santo e membro do Conselho Económico e Social, Manuel Pinho, 50 anos, natural de Lisboa, é doutorado em Economia pela Universidade de Paris, área em que é licenciado pelo ISE. Antigo docente na Universidade Católica e no ISE, Manuel Pinho tem uma vasta experiência profissional. Foi director-geral do Tesouro, presidente da Junta do Crédito Público, representante do Governo português junto do Comité Monetário, em Bruxelas, administrador do Banco Europeu de Investimento, entre outros cargos.

Nos anos 80, integrou o "staff" do Fundo Monetário Internacional (FMI).



Augusto Santos Silva

Natural do Porto, Augusto Santos Silva, doutorado em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, é actualmente coordenador do GP/PS para os assuntos da Ciência, Cultura e Ensino Superior na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

Autor de várias obras sobre sociologia e actual colunista do jornal "Público", Augusto Santos Silva foi ministro da Educação e também da Cultura no XIV Governo constitucional chefiado por António Guterres.

Docente da Faculdade de Economia do Porto desde 1981, onde presidiu ao Conselho Científico de 1998 a 1999, o dirigente do PS foi também pró-reitor da Universidade do Porto, entre muitos outros cargos ligados à área educativa.



José Mariano Gago

Professor catedrático no Instituto Superior Técnico (IST) desde 1981, onde se licenciou em Engenharia Electrotécnica, José Mariano Gago foi ministro da Ciência nos governos socialistas, onde corporizou uma política centrada na aposta na ciência, investigação e na sociedade do conhecimento e da informação.

Doutorado também em Física pela Universidade de Paris, Mariano Gago é um físico de partículas por formação, com um interesse particular nas ciências sociais e humanas, área onde produziu vários trabalhos de investigação. Líder associativo durante a crise académica de 1969, o ex-ministro de António Guterres presidiu nos anos 80 à Junta Nacional de Investigação Científica (JNICT), tendo nessa altura lançado um ambicioso programa nacional de investigação, boicotado e asfixiado financeiramente pelo Governo de Cavaco Silva.

COMISSÃO POLÍTICA

PROGRAMA ELEITORAL DO PS SERÁ APRESENTADO NA CONVENÇÃO “NOVAS FRONTEIRAS”

A Comissão Política Nacional do PS ratificou por unanimidade, na passada quinta-feira, a escolha do secretário-geral, José Sócrates, de nomear o ex-comissário europeu António Vitorino para coordenador do programa eleitoral dos socialistas, documento que será apresentado a 22 de Janeiro na Convenção “Novas Fronteiras”.

O arranque do Movimento “Novas Fronteiras”, inicialmente previsto para o dia 29 de Janeiro, teve de ser adaptado ao novo calendário político na sequência da decisão do Presidente da República, Jorge Sampaio, de dissolver o Parlamento e convocar eleições legislativas antecipadas.

Em declarações aos jornalistas no final da reunião da Comissão Política, o porta-voz do PS, Pedro Silva Pereira, sublinhou que o partido fará um discurso de rigor e verdade ao longo da campanha, encarando as próximas eleições legislativas, que deverão ter lugar em Fevereiro, “com confiança, com serenidade, mas sem triunfalismos”.

E acrescentou que nas próximas eleições “o PS está em condições de se apresentar aos portugueses com um programa credível e com um candidato a primeiro-ministro credível, aspectos em que o PSD não está em condições de fazer o mesmo”.

Pedro Silva Pereira referiu ainda que os portugueses nas legislativas de 2005 “terão a oportunidade para pôr fim a um ciclo de instabilidade política, desemprego e crise económica”. O PS



encara as próximas eleições como a oportunidade de poder ter uma maioria absoluta na Assembleia da República – como outros tiveram no passado – que lhe permita aplicar o seu projecto num

quadro de governabilidade propiciado pela estabilidade política parlamentar. Para tanto, e apesar da forte mobilização que se verifica no partido, é preciso continuar atrair mais gente e recolher

novas ideias em todo o país, pelo que o porta-voz socialista adiantou também que nas primeiras semanas de Janeiro, se vão realizar convenções distritais do movimento “Novas Fronteiras”.

A Comissão Política ratificou também por unanimidade os nomes de Jorge Coelho e Pedro Silva Pereira como responsáveis pelas direcções operacional e estratégica da campanha do PS.

SECRETARIADO NACIONAL

JORGE COELHO E PEDRO SILVA PEREIRA NA DIRECÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL

O Secretariado Nacional do PS designou Jorge Coelho director operacional da campanha eleitoral dos socialistas nas próximas legislativas e Pedro Silva Pereira responsável pela direcção estratégica da mesma.

No final da reunião do Secretariado Nacional, que decorreu no passado dia 30 no Largo do Rato, o porta-voz do PS, Pedro Silva Pereira, afirmou que a realização do Fórum “Novas Fronteiras” mantém-se como uma das prioridades dos socialistas, mas com um novo calendário e outro figurino em razão das eleições antecipadas de 2005.

Sobre este ponto, Pedro Silva Pereira adiantou que da primeira reunião do Conselho Coordenador do Fórum Novas Fronteiras que já se reuniu sábado, 4 de Dezembro (ver artigo da página 3), deveria sair um “apelo a todos os cidadãos independentes que querem colaborar com o PS na construção de uma alternativa política em Portugal”.

Em relação às questões que se levantam com o Orçamento de Estado para 2005, o



porta-voz do PS sublinhou que a responsabilidade pela aprovação desse documento “pertence exclusivamente à maioria PSD/CDS-PP”, tendo acusado a coligação governamental de estar “a procurar transferir responsabilidades” para o Presidente da República, Jorge Sampaio.

“A Assembleia da República ainda não foi dissolvida, o Governo ainda está em funções e tanto assim é que ainda hoje tomaram posse dois secretários de Estado. Só não haverá Orçamento de Estado em 2005 se a maioria PSD/CDS-PP não quiser”, declarou o porta-voz do PS.

Já no que respeita às eleições autárquicas, a calendarização das iniciativas do PS foi adaptada face à realização de eleições legislativas antecipadas, pelo que foram adiadas para depois de Março todas as convenções autárquicas que estavam agendadas, bem como a escolha dos candidatos às presidências das câmaras de Lisboa e Porto que só deverá ocorrer depois das legislativas de Fevereiro.

PLENÁRIOS DE MILITANTES

PS A POSTOS PARA COMBATE ELEITORAL

A mobilização dos socialistas para as legislativas de 2005 já começou. No último fim-de-semana realizaram-se, por todo o país, plenários de militantes em que participaram vários dirigentes nacionais do PS.

A mensagem em uníssono foi clara: é preciso conquistar voto a voto a maioria absoluta que o partido nunca teve na Assembleia da República e, dessa forma, realizar o seu programa para Portugal.

“Nada está ganho” em matéria de legislativas antecipadas. A advertência de Jorge Coelho enquadra-se no repto lançado aos militantes e ao Partido Socialista: “rodear-se dos melhores para lutar voto a voto pela conquista da maioria absoluta”.

O director operacional de campanha do PS defendeu no plenário de militantes de Beja do passado dia 5 ter chegado “a hora do PS governar com o seu programa” e de pedir aos portugueses a maioria absoluta.

“Para haver estabilidade, acho que é a ocasião de pedirmos aos portugueses aquilo que já deram duas vezes ao PSD e nunca deram a oportunidade ao PS de fazer. Temos de lutar, do primeiro ao último segundo, pela maioria absoluta”, apelou, considerando que não deve haver “medo de ouvir o povo” nas urnas.

Está “nas mãos do PS criar condições para haver uma mudança em Portugal que inverta a política desastrosa da direita, nos últimos dois anos e meio”, afirmou convicto, para de seguida aconselhar os camaradas do partido a fazerem o seu “trabalho de casa” no sentido de “construir a alternativa”, procurando os melhores, independentemente de serem militantes ou não.

Desta forma, prosseguiu, os eleitores poderão “comparar e escolher” se preferem “ter Santana Lopes, que já mostrou o que vale”, pois “não mandava sequer no seu governo”, ou o candidato socialista, José Sócrates, “que teve seis anos de Governo e foi um ministro de grande competência, que deixou marca e obra feita”.

PS deve ser força alternativa

Em Lisboa, António José Seguro declarou guerra aberta à demagogia eleitoralista, avisando que os socialistas deverão fazer poucas promessas na campanha para as legislativas e apresentar um programa de Governo realmente alternativo ao da coligação. O presidente do Grupo Parlamentar do PS advertiu ainda que “o partido não pode cruzar os braços nos próximos dois meses até às eleições”.

“Temos de chegar ao poder porque somos uma força alternativa e não uma força de alternância ou um mal menor em relação a este Governo”, disse Seguro, no plenário de militantes de Lisboa, onde

fez um ataque cerrado ao primeiro-ministro.

“Se ele (Santana Lopes) tem de se queixar de alguém é de si próprio, do seu núcleo duro no Governo e dos seus companheiros de partido”, declarou, antes de apresentar alguns motivos para justificar a decisão de Jorge Sampaio e prosseguir acusando Santana de ter “pouco sentido de Estado”.

António José Seguro apontou ainda a existência de “um clima de tensão permanente”, observando: “Ninguém nos convence de que esse Governo é capaz de governar bem se a grande preocupação dos seus principais dirigentes é saber se vão juntos ou separados às próximas eleições legislativas”.

Por sua vez, o presidente da FAUL, Joaquim Raposo, apelou aos militantes socialistas para escolherem os seus candidatos a deputados “sem sectarismo e sem lógicas de exclusão”, num processo que, avisou, “terá de ser rápido”.

Combater lógica de vitimização de Santana

No encontro distrital de Setúbal, Almeida Santos, pediu aos socialistas para que não deixem os adversários explorarem uma estratégia de vitimização, que já começou com os ataques ao Presidente da República após o anúncio de dissolução do Parlamento.

O dirigente histórico acusou o actual Executivo PSD/PP de deixar um legado bem pior que a herança recebida do anterior governo do PS, devido à obsessão com a redução do défice orçamental que, longe de aliviar, complicou todos os outros problemas do país: “Aumentou o desemprego, diminuiu o investimento e o crescimento económico, e mesmo assim não consolidaram as contas públicas”. Perante uma sala lotada de militantes, o presidente dos socialistas recordou que “o povo português não gosta de gente arrogante”, pelo que aconselhou evitar “triumfalismos descabidos”.

Nos encontros distritais de Viseu e Porto, Carlos Lage retomou a mensagem de contenção, embora não omitisse “razões para transmitir confiança e optimismo de alcançar uma maioria absoluta”. Responsabilizando por inteiro o



primeiro-ministro e a coligação pela crise que tem assolado Portugal. Lage criticou a rábula “infeliz e suicida” de Santana, numa alusão à metáfora da incubadora.

Uma nova aliança PSD/PP é, considerou, “uma contradição viva” e só imaginável pelo medo às eleições que o primeiro-ministro demonstra ao recorrer à “bengala” do PP.

Carlos Lage sublinhou também o amadurecimento de ideias do PS e o repto assumido com o Fórum Novas Fronteiras, bem como a necessidade de corrigir as injustiças e os desequilíbrios regionais do País.

Nesta óptica, José Lello, em Bragança, garantiu que “com o regresso do PS ao poder, Portugal voltará a falar de regionalização”.

Para quem disse esperar “ver Trás-os-Montes num eventual mapa cor-de-rosa”, os socialistas devem preparar-se e travar a batalha eleitoral com “humildade, determinação e sentido de serviço de Estado”.

Criticando severamente Santana Lopes pela pretensão de se fazer vítima de tralalhadas de que ele próprio é o “máximo responsável”, Lello contrapôs a incapacidade governativa do primeiro-ministro àquela que definiu como “a vantagem do PS”: “Temos um bom líder,

que foi um bom ministro e é muito melhor do que Santana Lopes”.

Sócrates é o primeiro-ministro que Portugal precisa

A secretária nacional Ana Paula Vitorino centrou o seu discurso, proferido perante os camaradas do Algarve, na valorização do projecto do PS para o país e nas qualidades do nosso líder e candidato a primeiro-ministro.

A dirigente acusou a coligação de ter “lançado Portugal num ciclo ruinoso de recessão” e, depois de apelar ao voto para “pôr um ponto final ao desgoverno da direita”, afirmou que “Santana Lopes não está à altura das funções que exerce”.

Um Governo de José Sócrates será credível e responsável, com projecto de futuro para Portugal”, assegurou Ana Paula Vitorino, para quem “todos os votos são indispensáveis”.

Já Idália Moniz explicou nos plenários de militantes de Aveiro e Coimbra que as razões que levaram Jorge Sampaio a dissolver o Parlamento foram “a incompetência e o fracasso do Governo de coligação”, uma vez que, em três anos de mandato, a direita “acentuou a divergência com a Europa, o desemprego e falhou o objectivo de equilibrar as

finanças públicas”.

Entretanto, em Viana do Castelo, Sónia Fertuzinhos enumerou uma a uma razões que os portugueses têm para ansiar pela mudança.

“Todos sentimos a crise na pele”, disse, para depois considerar a presente conjuntura política e social como “a pior do Portugal democrático”.

O desafio é claro para a líder das mulheres socialistas: “Mais do que ganhar as eleições devemos querer merecer ganhar. A nossa responsabilidade é fazer com que o país volte acreditar nas instituições e nos partidos políticos”.

Perante um tal desafio, apelou à mobilização total: “Ninguém está dispensado neste combate por Portugal”. “Se a direita governou contra os portugueses, nós devemos ter os portugueses na nossa equipa”, disse, sublinhando a necessidade do PS se assumir como um partido não de sensibilidades sociais mas de políticas sociais, “pronto a lutar em prol da competitividade e da igualdade”.

Também numa lógica de conquista de votos “falando verdade e com rigor”, o secretário nacional para a Organização, Marcos Perestrello, defendeu, em Tomar, a realização duma campanha eleitoral que inspire credibilidade e demonstre que o PS está preparado para governar Portugal, ainda na situação difícil que o país atravessa.

“Temos um bom projecto, uma boa equipa e um bom líder”, afiançou, sublinhando, relativamente ao projecto político socialista, que a coordenação do programa de Governo do PS foi confiada a “uma destacada figura da política nacional”, António Vitorino, “nome que dá garantia de qualidade à proposta que vamos apresentar aos portugueses”.

Noutros pontos do país, as linhas-mestras da mensagem socialista tiveram eco nos discursos de Ascenso Simões (Guarda e Vila Real), Manuel Alegre (Santarém), Fernando Serrasqueiro (Castelo Branco e Portalegre), Capoulas Santos (Évora) e Edite Estrela (Leiria).



ORÇAMENTO É PEÇA DE PROPAGANDA

SÓCRATES DEFENDE ESTRATÉGIA ASSENTE NO CRESCIMENTO E COESÃO SOCIAL

O secretário-geral do PS, José Sócrates, reafirmou que "governar Portugal não é passar o tempo a fazer ajustes de contas com o passado, com o recurso permanente ao discurso da 'pesada herança'", como fizeram os Executivos de Durão e Santana, salientando que, pelo contrário, "governar exige competência, realismo e ambição de se olhar para lá dos meros ciclos eleitorais, com uma nova agenda para restaurar a esperança".

Nesse sentido, sustentou que "é tempo do País olhar para a frente" e ter "uma estratégia de médio prazo para o seu futuro" que ponha de novo Portugal a crescer acima da média europeia. E fazer do investimento no conhecimento, na inovação e na tecnologia "a sua principal aposta". Por outro lado, defendeu também a necessidade de ser recolocado na agenda política "o combate às desigualdades sociais, à pobreza e às assimetrias regionais".

José Sócrates, que falava no encerramento do debate no Parlamento do Orçamento de Estado (OE) para 2005 que foi aprovado com os votos contra do PS, defendeu ainda que essa estratégia modernizadora do país deve promover a "requalificação dos serviços públicos e com melhoria da qualidade de vida", dar de novo prioridade "às políticas de ambiente, às políticas das cidades e à defesa do consumidor", valorizar "a posição de Portugal no Mundo, assumindo o desafio do projecto europeu, da cooperação lusófona e da dimensão atlântica, e capaz de responder aos novos desafios da economia global".

Para o líder socialista, "crescimento, coesão, qualidade de vida e valorização de Portugal no mundo" devem ser

palavras-chave de "uma nova agenda para o futuro" do país, em claro contraponto ao mais recente Governo da direita de Santana Lopes "sem capacidade para definir uma orientação para o país", de que é exemplo o OE para 2005.

Segundo referiu Sócrates, este é um Orçamento que "não serve os interesses do país", já que é um documento "sem verdade, que insiste em fingir que cumpre o que não consegue cumprir, sem credibilidade, concebido como peça de propaganda, que ninguém leva a sério e afundou ainda mais a confiança dos agentes económicos".

Para o líder do PS, "o descrédito deste orçamento, as versões contraditórias com que o Governo o foi apresentando e o fragor com que ruiu este imenso conjunto de falsidades" foram factores que agravaram ainda mais "o clima de instabilidade que conduziu à actual crise política" que disse ter como uma única causa, "o desastre da governação destes últimos quatro meses".

É que, sublinhou, após "o enorme fracasso da política económica e social" do primeiro-ministro, Durão Barroso, o país enfrentou "o ciclo da irresponsabilidade, da leviandade e da incompetência que caracterizou estes últimos meses da



gestão de Santana Lopes".

"Já chega de passar culpas. Já chega de queixas e já chega de lamúrias", disse, lamentando que o primeiro-ministro tente convencer o país de que é vítima desta crise política, quando na verdade "as verdadeiras vítimas foram os cerca de 150 mil novos desempregados, as famílias que empobreceram, os funcionários públicos com os salários congelados, os alunos sem aulas, os professores sem colocação, os jovens sem oportunidades e as regiões esquecidas do interior".

Governo Santana passou todas as marcas

Salientando que o actual Executivo teve todas as condições institucionais e parlamentares para governar e as "desperdiçou", o secretário-geral do PS pediu ao Governo e à maioria para não

virem de novo agitar "o fantasma das forças de bloqueio", já que "a única força de bloqueio à estabilidade política e ao progresso do país foi o próprio Governo". "Se é possível encontrar um responsável pela instabilidade política, ele chama-se Pedro Santana Lopes e está sentado na bancada do Governo", apontou Sócrates, lembrando "o triste espectáculo" dado durante estes quatro meses por um Executivo "sem comando, sem estratégia, sem rumo", em que "o primeiro-ministro dizia uma coisa de manhã e dizia à tarde o seu contrário", "os ministros se contradiziam a um ritmo alucinante", sob o pano de fundo de uma governação "apenas preocupada com a imagem e com a propaganda".

Perante uma actuação do Governo "que passou todas as marcas e todos os limites", Sócrates sublinhou que o País esperava do seu Presidente era "uma atitude que travasse a degradação e a

instabilidade em que o Governo fez mergulhar o Estado e a nossa vida pública". E "foi o que o Presidente da República fez e fê-lo muito bem".

Afirmando que duvidar "que alguém depois destes quatro meses possa dizer que o dr. Santana Lopes é um bom governante e que foi um bom primeiro-ministro", o líder do PS considerou que "este é o tempo para um novo começo e para novas escolhas", uma vez que "o país reclama uma mudança, mas uma mudança que seja, desde logo, uma mudança nas atitudes e nos valores da política".

E sustentou que a acção política precisa de se concentrar no essencial, ou seja, "resolver os problemas do país e responder aos problemas dos portugueses", acrescentando que "o país não ganha com governos que só se preocupam com as aparências e com a imagem".

J. C. CASTELO BRANCO



ORÇAMENTO SUPLEMENTAR

PS NÃO PACTUA COM DESCALABRO FINANCEIRO

O Orçamento Suplementar, que a maioria insiste em chamar "rectificativo", é "o espelho da incapacidade do Governo ainda em funções e do descalabro orçamental e financeiro da responsabilidade deste Executivo da coligação das direitas".

As palavras de Joel Hasse Ferreira traduziam de modo eloquente o pensamento da bancada socialista, que chumbou, como anunciado, o orçamento suplementar para 2004, uma

vez que este não só não corrige os erros de política económica, social, orçamental e financeira do Governo, como também não consegue pagar uma parte significativa das dívidas, nomeadamente da Saúde.

"Este Governo em desmoronamento, este Orçamento Suplementar que não rectifica devidamente o descalabro financeiro merece a nossa firme crítica, não pode ter o nosso acordo", adiantou o deputado socialista, para quem a tutela

já não sabe bem como disfarçar o caos que gerou em sectores essenciais da vida pública nacional.

Efectivamente, denunciou, "tudo nos leva a crer que muitas despesas da saúde estarão já na óptica previsional deste Governo, a deslizar subrepticiamente para 2006".

"A maioria, (senão a totalidade) dos credores da saúde não confia nos vossos números! Eu também não", concluiu, categórico, Joel Hasse Ferreira.

TRÊS PERGUNTAS A EDUARDO CABRITA

"QUEM FOGE AO FISCO NÃO TEM QUE SE PREOCUPAR"

Os trabalhadores por conta de outrem e a classe média são os grandes prejudicados com a aprovação do Orçamento de Estado para 2005. Segundo o deputado Eduardo Cabrita, sob fortes pressões do PSD/Madeira e da banca, o Governo "bateu em retirada" no que respeita ao controlo dos lucros auferidos no *off-shore* da Madeira.



Porque é que o PS se manifestou contra a baixa da taxa de IRS?

A baixa de alguns escalões do IRS é uma acção demagógica do Governo no momento em que as finanças públicas têm um défice, sem receitas extraordinárias, de cerca de 5 por cento do PIB. Além disso, o Governo pretende não só proceder a reduções pouco significativas, mas sobretudo adiar e concentrar o seu efeito no momento do reembolso a realizar no Verão de 2006. Momento em que estava prevista a realização de eleições legislativas. Isto é, o Governo preparava-se para reter ilegalmente os rendimentos dos contribuintes ainda durante o ano de 2005, fazendo devoluções eleitoralistas em 2006.

Independentemente desta manipulação que a alteração do calendário eleitoral tornou inútil, o PS considera irresponsável na actual situação económica a baixa da taxa do IRS.

O recuo do Governo em matéria de tributação das actividades financeiras, nomeadamente do *off-shore* da Madeira, corresponde a alguma vantagem para a nossa economia?

O Governo apresentou-se em Outubro como o campeão do aumento da tributação efectiva da actividade bancária e do controlo dos rendimentos auferidos em zonas *off-shore*. Rapidamente, face aos protestos do PSD/Madeira e da banca, bateu em retirada. As alterações introduzidas na redacção final do Orçamento de Estado para 2005 acabam com os limites à utilização em zonas *off-shore* e põem as mais-valias das SGPS ao abrigo da regra de tributação mínima de 60 por cento dos lucros.

Porque é que o fim do regime de benefícios fiscais constitui um ataque à classe média?

A classe média que cumpre as suas obrigações fiscais, designadamente os quadros trabalhadores por conta de outrem são fortemente penalizados no Orçamento de Estado para 2005. Deixam, designadamente, de poder recorrer, com benefício fiscal, à poupança em Plano Poupança Habitação, Plano Poupança Reforma e Plano Poupança Educação. Quem foge ao fisco não tem que se preocupar; quem realizar poupança passará a pagar mais IRS.

ADIADA A APROVAÇÃO DA LEI ELEITORAL AUTÁRQUICA

O PS remeteu para a próxima legislatura a aprovação de uma nova lei eleitoral autárquica, devido à falta de consenso entre os vários partidos para a debater quinta-feira, antes da dissolução da Assembleia da República.

O projecto de lei do PS, que atribui ao partido vencedor liberdade para formar o seu executivo camarário, foi agendado para quinta-feira a título indicativo, na última conferência de líderes, com o acordo do PSD e a contestação do PCP, Bloco de Esquerda e "Verdes", tendo o CDS/PP ficado de tomar uma posição. Em carta enviada ao Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, o líder da bancada socialista, António José Seguro, afirma, no entanto, que não há condições para discutir o projecto e lamenta "que não se tenha criado o consenso, entre todos os partidos, para a revisão da lei".

"Na opinião do Grupo Parlamentar do PS não estão reunidas as condições políticas para a manutenção do referido agendamento, dado que a alteração a uma lei não pode ser envolvida numa polémica processual", refere António José Seguro.

SUBSTITUIÇÃO NO SIS LEVANTA SUSPEITA DE VIOLAÇÃO DA NEUTRALIDADE

O PS considerou que a súbita substituição do director-geral adjunto do Serviço de Informação e Segurança (SIS), Arménio Ferreira, levanta uma "clara suspeita" de violação da neutralidade e partidarização dos serviços secretos.

"Entendemos que os contornos desta situação podem configurar uma tentativa de violação da neutralidade dos serviços de informação e da partidarização dos mesmos", afirmou ontem o deputado socialista Vitalino Canas.

E adiantou que o PS vai enviar um requerimento ao primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes, a pedir que informe "com urgência, as razões desta súbita substituição".

"Necessitamos também urgentemente de saber se há intenção do Governo de fazer ingressar nos serviços de informação pessoas provenientes de outras forças de segurança", acrescentou Vitalino Canas. Por outro lado, o PS vai ainda entregar na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias um pedido para que o novo secretário-geral do Sistema de Informações da República, Domingos



Jerónimo, seja ouvido "com urgência".

"É necessário saber se o novo secretário-geral do Sistema de Informações da República foi consultado ou não sobre esta substituição tão repentina", justificou o deputado socialista.

Vitalino Canas referiu ainda que o PS "estranha o 'timing' e o procedimento" desta substituição, numa altura em que o Presidente da República se prepara para

dissolver o Parlamento e convocar eleições antecipadas.

"Sabe-se que a directora do SIS foi chamada no passado sábado para lhe dizerem que o seu colaborador ia ser substituído por outra pessoa", disse, adiantando que estamos numa altura em que "o Governo devia ter algum autocontrolo no preenchimento de certos cargos".

SANTANA JÁ SABIA HÁ UMA SEMANA

PRESIDÊNCIA CONTA A HISTÓRIA DA DISSOLUÇÃO DO PARLAMENTO

O primeiro-ministro Santana Lopes já conhecia há uma semana os fundamentos do Presidente da República para a dissolução do Parlamento, desde um encontro com Jorge Sampaio em 30 de Novembro, assegurou ontem João Serra, chefe da Casa Civil da Presidência.

Com esta explicação, causam a maior estranheza as declarações de Santana Lopes em comício partidário na Póvoa do Varzim, segundo as quais o Presidente lhe terá garantido por três vezes que não haveria dissolução do Parlamento.

De acordo com João Serra, no encontro de trabalho realizado no dia 30 de Novembro, Jorge Sampaio não se limitou a informar Santana Lopes da decisão de dissolver o Parlamento, tendo-lhe comunicado também os fundamentos da decisão. "O primeiro-ministro e o Presidente da Assembleia da República conhecem os fundamentos da dissolução. Só os portugueses é que ainda não", assegurou o chefe da Casa Civil.

João Serra sublinhou que, perante a crise política aberta não só com a demissão do ministro Henrique Chaves, mas também com a admissão por parte do primeiro-ministro (com o episódio da incubadora) de uma situação de instabilidade dentro da sua própria base de apoio, os gabinetes de Sampaio e Santana Lopes acordaram a realização de um encontro de trabalho no dia 29 de Novembro. Nesse encontro, o

Presidente e o primeiro-ministro limitaram-se a fazer uma avaliação da crise política e das possibilidades para a resolver.

"Houve um reconhecimento claro da parte do primeiro-ministro de que a situação era complicada", afirmou João Serra justificando a realização desse primeiro encontro. A única decisão concreta então tomada foi a da realização de uma nova reunião na quarta-feira, 1 de Dezembro (feriado), tendo João Serra escusado comentar se alguma vez Jorge Sampaio terá assegurado a Santana Lopes que não iria dissolver o Parlamento, remetendo essa explicação para o próprio Presidente. À saída desse primeiro encontro, o primeiro-ministro limitou-se a anunciar que regressaria dois dias depois a Belém para "continuar a fazer a avaliação da situação".

Santana Lopes tinha, no entanto, agendado para essa quarta-feira (1 de Dezembro) uma visita oficial à Turquia e pediu a Sampaio para que o encontro em Belém fosse antecipado para terça-feira, o que veio a acontecer.

O primeiro-ministro foi a Belém nessa terça-feira, 30 de Novembro, tentar apresentar o nome do sucessor de Henrique Chaves na pasta do Desporto, Juventude e Reabilitação, mas Jorge Sampaio não deixou.

Segundo João Serra, o Presidente comunicou de imediato ao primeiro-ministro que iria iniciar o processo de dissolução da Assembleia da República e explicou os fundamentos da decisão.

"O Presidente entendeu que era preferível comunicar de imediato a conclusão a que tinha chegado, porque o primeiro-ministro estava num conjunto de reuniões com o Presidente para avaliar a situação (de crise). Para isso contribuiu a convicção do Presidente de que há um princípio de lealdade institucional que deve funcionar", acentuou.

João Serra admitiu que "todas as possibilidades estavam em aberto" quando Jorge Sampaio e Santana Lopes começaram a fazer a avaliação da situação política, até porque "a dissolução é o último poder de que o Presidente da República pode prescindir".

Mota Amaral, Presidente da Assembleia da República, foi apenas informado dos fundamentos da dissolução na quarta-feira (1 de Dezembro) de manhã, depois de ter telefonado a Jorge Sampaio. João Serra admitiu que Sampaio cometeu "um lapso de cortesia" ao não informar Mota Amaral imediatamente sobre a dissolução do Parlamento, mas "não um lapso político".

Quanto às razões da dissolução, que serão comunicadas ao país na sexta-feira, o chefe da Casa Civil do Presidente Sampaio, rejeitou a ideia de que foi a demissão de Henrique Chaves que levou Sampaio a acionar a chamada "bomba Atómica" constitucional.

O chefe da Casa Civil de Jorge Sampaio assegurou que a decisão de dissolver o Parlamento foi "profundamente reflectida e meditada".

PS/AÇORES

FUTURO GOVERNO SOCIALISTA DEVE ASSUMIR COMPROMISSOS PARA COM A REGIÃO

O PS/Açores defende que o Programa de Governo socialista a apresentar às eleições legislativas antecipadas deverá assumir uma série de “compromissos” relativos à autonomia do arquipélago.

“Há um conjunto de matérias que dizem respeito à vida dos Açores” que o PS das ilhas “acha que têm de ser devidamente acauteladas” num eventual Governo socialista da República, afirmou o porta-voz do partido nos Açores.

Francisco Coelho falava após uma reunião do Secretariado Regional do PS/Açores, destinada a preparar as eleições antecipadas que vão decorrer no início do próximo ano, no âmbito da decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento.

Os socialistas açorianos pretendem um “compromisso claro” relativamente à revisão da Lei de Finanças Regionais, ao relacionamento entre os serviços regional e nacional de Saúde, ao financiamento da Segurança Social e na negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Para tanto, adiantou, o presidente do PS/Açores, Carlos César, vai “assumir a responsabilidade” de estabelecer “contactos” para a integração das propostas regionais no programa do partido a apresentar ao eleitorado.

Francisco Coelho referiu ainda que o Secretariado Regional não definiu os nomes dos candidatos pelo círculo dos Açores, uma matéria que será analisada na próxima reunião, tendo em conta os “prazos apertados” do processo eleitoral.

Santana Lopes “é o principal culpado”

Entretanto, o presidente do Governo dos Açores, Carlos César, acusou o primeiro-ministro, Santana Lopes, de ser “o principal culpado” pela decisão do Presidente da República, Jorge Sampaio, de dissolver o Parlamento para convocar eleições antecipadas.

Segundo o líder do PS na região autónoma, Santana Lopes “não se



revelou preparado nem capaz de assegurar a oportunidade de estabilidade política que lhe foi dada”, já que demonstrou “pouco discernimento e uma incapacidade total de coordenar a actividade governativa”.

Numa reacção à decisão de Jorge Sampaio, César afirmou que Santana Lopes “desperdiçou as oportunidades que o Presidente da República lhe deu”, ao ser “um dos piores primeiros-ministros de Portugal”.

Perante o actual quadro parlamentar, adiantou, o “Presidente da República

viu-se obrigado a dar voz a um descontentamento” que atravessou a sociedade portuguesa.

Mais contrapartidas pela base das Lajes

O presidente do Governo Regional dos Açores exigiu mais benefícios para a região autónoma como contrapartida pela utilização da base das Lajes pelos Estados Unidos, mas sublinhou que o acordo com os norte-americanos não está em causa.

“Quando tomei posse, apelei aos partidos políticos para a existência de uma discussão, não quanto à existência ou não da base das Lajes, que é inquestionável, mas quanto aos benefícios decorrentes desse acordo para os Açores”, disse Carlos César, no largo do Rato, após uma reunião no dia 23 com o secretário-geral do PS, José Sócrates.

O recém-reeleito presidente do Governo Regional sustentou que “os Açores têm de ter mais benefícios do que aqueles que têm”, salientando que o Acordo de

Cooperação e Defesa estabelecido entre Portugal e os Estados Unidos “não se esgota numa cooperação encapotada” com o arquipélago.

Esse acordo, que tem como fundamento a “solidariedade” e a defesa dos “valores do Ocidente”, deve ter “contrapartidas para o desenvolvimento regional” dos Açores, sublinhou Carlos César.

O líder açoriano afirmou ainda ter transmitido ao secretário-geral do PS “as linhas dominantes” do seu Executivo, cujo programa será discutido nos dias 9, 10 e 11 de Dezembro.

MADEIRA

SOCIALISTAS DEFINEM INCOMPATIBILIDADES PARA POLÍTICOS REGIONAIS

O projecto socialista de revisão do Estatuto Político-Administrativo da Madeira estabelece o regime de incompatibilidades e impedimentos dos deputados e demais titulares de cargos políticos, até agora inexistente na região.

Com esta iniciativa, o PS/M visa assegurar a independência dos parlamentares e a eliminação de conflitos de interesses, bem como a transparência dos cargos públicos.

Neste sentido, o projecto socialista define os princípios da “lealdade institucional e da boa-fé”, quer no relacionamento entre os órgãos de governo próprios da região, quer entre estes e os órgãos de soberania. Nos termos do diploma define-se que é o presidente da Assembleia Legislativa Regional (ALR) – e não o chefe de governo –, a entidade que representa a região nos órgãos nacionais, propondo ainda que a distribuição dos deputados

na ALR assegure o cumprimento de normas universais do parlamentarismo democrático.

A exigência da maioria qualificada de dois terços dos deputados para a aprovação, em sede de votação final global, do anteprojecto de Estatuto, bem como quanto à alteração da lei eleitoral para a Assembleia Legislativa, é outra das soluções apresentadas pelo PS madeirense.

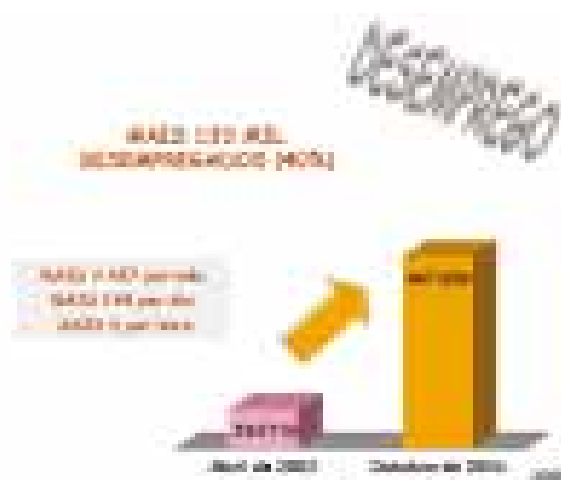
No âmbito da organização judiciária, os socialistas propõem a criação na região de uma secção do Tribunal Constitucional, de um Tribunal da Relação e de um Tribunal de Execução de Penas, assim como a instalação de um Tribunal Marítimo.

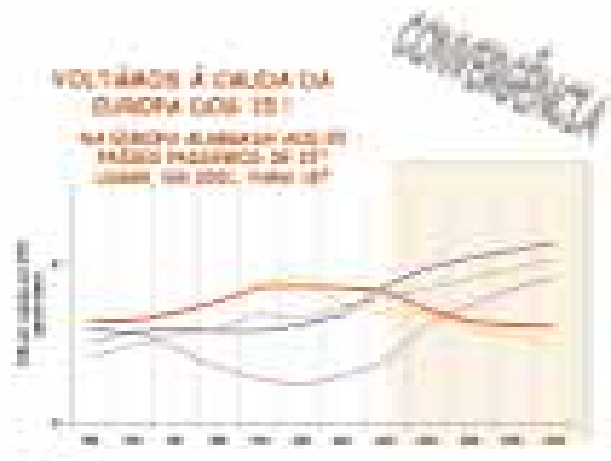
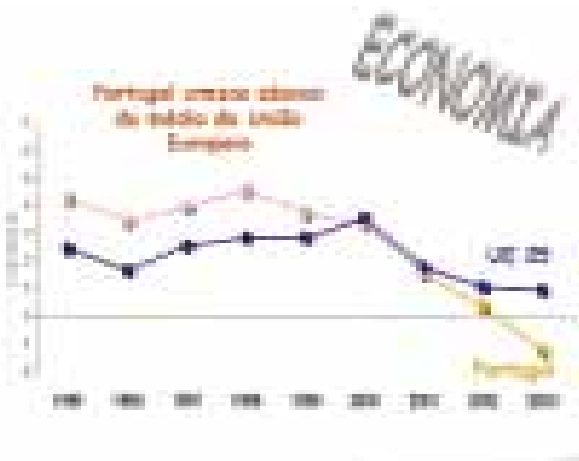
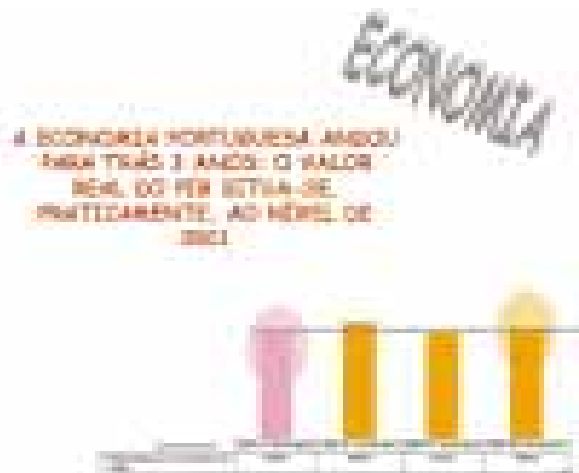
A consignação que os cidadãos da Madeira, no âmbito da cidadania, são titulares de todos os direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais inscritos na Constituição está igualmente expressa

na proposta do PS, que proíbe a exibição de símbolos partidários e propaganda eleitoral em actos e inaugurações oficiais. O projecto de revisão estatutária define também um quadro normativo de obrigações de serviço público para os centros regionais da RTP e RDP, reafirmando a sua estrita vinculação aos princípios do pluralismo, isenção e independência face ao poder económico, político, ou outro.

O CADASTRO DA DIREITA

Dois anos e meio de retrocesso económico e social. Os factos são evidentes. Nenhuma retórica demagógica os pode esconder. A realidade crua dos efeitos da governação de Durão Barroso/Santana Lopes e Paulo Portas é o agravamento do atraso do país.





ENCONTRO DE MADRID

SOCIALISTAS EUROPEUS UNIDOS A FAVOR DA CONSTITUIÇÃO

O empenho total na campanha pela aprovação da Constituição europeia foi reafirmado pelos líderes socialistas europeus em Madrid, numa reunião em que participaram o actual e o ex-líder do PS, José Sócrates e António Guterres. Em declarações à margem do encontro que decorreu nos dias 26 e 27 de Novembro, José Sócrates sublinhou que neste momento "a Constituição europeia é o projecto mais crucial" na Europa porque além de a fortalecer "o mundo precisa de uma Europa mais forte". Neste sentido, vários socialistas europeus vão participar em acções noutros países a favor do "sim" à Constituição Europeia, adiantou José Sócrates, à semelhança do que fizeram líderes de outros países, como já aconteceu com os primeiros-ministros de Espanha, Alemanha e República Checa num artigo publicado num jornal francês em que pedem o apoio ao texto constitucional.

Presente na reunião na qualidade de presidente da Internacional Socialista, António Guterres afirmou temer que "muitas pessoas se prendam a um ou outro pormenor do texto e percam a perspectiva mais global", salientando que este "é um tempo de enorme preocupação para o socialismo na Europa e o futuro da UE num momento em que o unilateralismo impera e quando os Estados Unidos surgem como potência hegemónica, pelo que são necessários novos factores de equilíbrio".

Na reunião de Madrid, os dirigentes dos partidos socialistas europeus estiveram centrados na preparação de uma proposta da política que defendem para a União Europeia nos próximos cinco anos, com base num documento elaborado pelo ex-comissário do



Comércio Pascal Lamy. Comentando este objectivo da reunião, Sócrates afirmou que o actual presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, "não pode deixar de ter os ouvidos bem atentos à linha política que os socialistas defendem".

Discursando na sessão inaugural do encontro, José Luis Zapatero defendeu que os socialistas devem ser "a voz mais

poderosa na defesa da Constituição europeia".

Na reunião de Madrid participaram, entre outros, os primeiros-ministros de Espanha, República Checa, Polónia, Suécia e Hungria, dirigentes do Partido Socialista Europeu, deputados do Parlamento Europeu, o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, e líderes de partidos

socialistas de cerca de 20 países europeus.

Sócrates reúne com Zapatero

À margem da reunião, José Sócrates teve a primeira reunião com o seu homólogo do PSOE, José Luis Zapatero, com quem disse querer estabelecer "uma relação pessoal que é importante a nível partidário,

mas também para os dois países". Embora não prevendo os acontecimentos políticos que vieram a suceder-se em Portugal e culminaram com a decisão do Presidente da República de convocar eleições antecipadas, José Sócrates declarou que as relações entre os dois países ibéricos são excelentes, independentemente do partido que está no Governo em cada um dos países.

INTERNACIONAL SOCIALISTA

GUTERRES DEFENDE REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS

O presidente da Internacional Socialista (IS), António Guterres, manifestou no dia 30 ao secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, "todo o apoio" da organização que lidera ao processo de reforma da ONU "no sentido de a tornar mais transparente, mais eficaz e mais responsável".

Para o presidente da IS, torna-se decisivo o "reforço" de uma entidade como as Nações Unidas num momento de "claro antagonismo de posições".

De um lado, explica, "o unilateralismo, aliado à agenda política neoconservadora e à ideologia económica liberal. Do outro, o projecto de uma globalização de rosto humano, que se traduza numa oportunidade para todos e numa arquitectura das relações internacionais mais equilibrada". Nesta sua deslocação aos Estados



Unidos, António Guterres esteve também presente em Washington, na conferência internacional do "Center For American Progress" subordinada ao tema "Construindo alianças globais para o século XXI".

No dia 3 de Dezembro, António Guterres, acompanhado pelo Presidente brasileiro, Lula da Silva, e o sub-secretário-geral das Nações Unidas, Zéphirin Diabré, participou na conferência internacional "Democracia, Participação, Cidadania e Federalismo", organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Na conferência, o antigo primeiro-ministro português fez uma intervenção subordinada ao tema "Uma agenda para a democracia e para a redução das desigualdades sociais".

VILA NOVA DE FOZ CÔA

EMÍLIO MESQUITA É CANDIDATO SOCIALISTA À PRESIDÊNCIA DA AUTARQUIA

O Partido Socialista vai candidatar Emílio Mesquita à presidência da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa nas eleições autárquicas de 2005.

O presidente da concelhia do PS, Fernando Nevado, afirmou que Emílio Mesquita é "a pessoa certa para a aposta que é necessária no concelho, porque os métodos e os projectos antigos estão ultrapassados ao nível das políticas e porque é preciso uma nova dinâmica na sociedade, com novos incentivos, estímulos e confiança" em Foz Côa.

O dirigente socialista está confiante na vitória do partido nas eleições autárquicas do próximo ano e quer pôr em prática as ideias e os projectos do PS necessários ao desenvolvimento desta autarquia do interior norte do país. Emílio Mesquita vai ser publicamente apresentado como candidato do PS a Vila Nova de Foz Côa num jantar agendado para 18 de Dezembro, com a presença de Edite Estrela.



BOMBARRAL

PS VAI CANDIDATAR JORGE GABRIEL MARTINS À PRESIDÊNCIA DO MUNICÍPIO

Jorge Gabriel Martins, militante socialista e presidente da Assembleia Municipal do Bombarral, é o candidato do PS à presidência da Câmara gerida há 12 anos pelo PSD, segundo anunciou a Concelhia local.

"As pessoas estão cansadas da gestão social-democrata e precisam de alguém que lhes devolva a esperança", afirmou o candidato, no passado dia 2, em conferência de Imprensa.

Jorge Gabriel Martins adiantou que o partido

vai abrir-se à sociedade e permitir a participação de todos na elaboração das listas de forma a ter uma base eleitoral de apoio que possa integrar pessoas de outras forças ou movimentos desde que, frísou, "partilhem das mesmas ideias".

Em declarações aos jornalistas, o candidato socialista manifestou a sua preocupação com a dívida da Câmara, afirmando que "não se sabe a dimensão desta, pelo que a primeira decisão a tomar (em caso de vitória

nas eleições) será a de pedir a realização de uma auditoria".

"Sabemos que há problemas com as contas e não pactuamos com essa situação. Nesse sentido já entregámos uma queixa na Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT) onde denunciamos situações que consideramos ilegais", adiantou Jorge Martins, que foi eleito recentemente presidente da Assembleia da Comunidade Urbana do Oeste.

GUARDA

CÂMARA PREPARA PLATAFORMA LOGÍSTICA DE INICIATIVA EMPRESARIAL

Atrair investimentos para o concelho da Guarda é o objectivo central da Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial (PLIE), um projecto cuja primeira fase arrancará brevemente, próxima que está também a abertura do concurso público internacional.

O projecto global da PLIE, dividido em três fases, foi aprovado por unanimidade pelo executivo presidido pela socialista Maria do Carmo Borges, estando orçado em 26 milhões de euros.

A presidente da Câmara assegurou perante a Comunicação Social estar garantido já, através do programa comunitário INTERREG, um financiamento de 3,25



milhões de euros para a concretização da primeira fase, estimada em 7,25 milhões de euros.

A PLIE é uma infra-estrutura que abrangerá três vertentes: a logística, os serviços e a indústria, assentando numa cooperação entre os sectores público e privado. Segundo Maria do Carmo Borges, a plataforma é "um exemplo da coragem de toda a região centro" e é "defendida por todas as associações industriais locais". O projecto global da PLIE ficará instalado na região da Gata, nas imediações da cidade da Guarda, próximo da A-23 (auto-estrada da Beira Interior) e das linhas ferroviárias das Beiras Alta e Baixa.

O País Relativo



FILIPE NUNES

CAVACO

E «OS POLÍTICOS»

No âmbito da pré-campanha para as eleições presidenciais, e antes do anúncio de dissolução do parlamento (causa-efeito?), Cavaco Silva usou as páginas do "Expresso" para lançar um desesperado apelo a si próprio: que «as elites profissionais acordem e saiam da posição, aparentemente cómoda, de críticos da mediocridade dos políticos e das suas decisões e aceitem contribuir para a regeneração da actividade política». Na necessidade, absolutamente humana, de se colocar acima de Santana, Cavaco erra na receita. O problema do país não está na

existência de profissionais da política, mas sim na quantidade de amadores da política, como se viu durante quatro meses de Governo Santana. Tirando talvez o caso da Administração norte-americana, na maioria das democracias consolidadas a política é uma carreira e não consta que isso seja um entrave ao desenvolvimento económico. O regresso das elites «profissionais e culturais» à política, desejado por Cavaco, é uma quase impossibilidade – que, aliás, a concretizar-se, seria má para aquilo que o Professor diz querer defender: «a qualidade da democracia». Se excluirmos os advogados, para a generalidade dos «profissionais» – por exemplo, empresários, cientistas, entre outros –, a opção pela política significaria o fim da sua anterior carreira profissional. Ao contrário do que se diz e do que Cavaco escreve, o problema não são «os ordenados». Em toda a parte se ganha menos no sector público do que no privado. A questão é que há áreas profissionais em que, após uns anos de paragem, não há reconversão possível. Independentemente disso, é bom para a democracia que haja uma relativa autonomia entre os diferentes segmentos das elites. A política portuguesa tem estado dominada por figuras que acumulam estatutos contraditórios. É normal que assim seja numa fase de transição. Mas numa democracia consolidada a figura do empresário de manhã, político à tarde e «analista» à noite tem os dias contados. Só assim se garante um mínimo de pluralismo.

Todo o artigo de Cavaco é atravessado pela tese da superioridade intelectual dos «profissionais da sociedade civil». Infelizmente, o problema da falta de «qualidade» das elites portuguesas é geral: sejam elas políticas, administrativas, «profissionais» ou empresariais (não consta que o sector empresarial português seja especialmente dinâmico). No dia em que tivermos uma economia pujante, uma sociedade desenvolvida e qualquer coisa parecida com Oxford, Cambridge, a ENA ou a Ivy League, talvez venhamos a ter as «elites de qualidade» que Cavaco diz que encontrou. Agora, como o professor bem sabe, trata-se de substituir gente manifestamente impreparada para governar uma junta de freguesia por políticos um bocado mais sérios e profissionais. Se é para este desígnio patriótico que Cavaco quer contribuir, então é bem-vindo.

NEGÓCIOS DA SEMANA

A última edição do programa semanal da SIC Notícias, Negócios da Semana, contou com a presença de Mira Amaral, António Carrapatoso e Augusto Mateus. Discutia-se os efeitos da crise política na economia. Mira espumava ressabiamento (a Caixa, a Caixa...) e Carrapatoso, esse génio da gestão privada, parecia um aluno da Faculdade de Economia a querer fazer boa figura. O moderador limitava-se a repetir as barbaridades do momento: «precisamos de um pacto de regime entre PS e PSD», de «nomes sonantes para o governo», de «boa moeda». Augusto Mateus lá lhe explicou que no mundo há sociedades desenvolvidas que também têm alternância democrática e que, em política, as coisas não funcionam como na economia, sendo, por isso, absurda a teoria do professor Cavaco. Mas não havia argumento que o convencesse. Até porque, logo de seguida, aparecia uma notícia bombástica. O professor António Borges estava «disponível» para salvar o PSD e, por arrasto, a pátria. Parece que Borges já não acredita em Santana e considera Sócrates «uma incógnita». Espantoso. Sócrates foi deputado, secretário de Estado, ministro e dirigente nacional do PS. Com todos os defeitos e qualidades, tem um registo político que é conhecido. Borges, de quem apenas se sabe (via prof. Marcelo) que escapou por um triz ao acidente da TWA, pelo contrário, seria «uma certeza» para o país...

VOTO ÚTIL

Santana Lopes está a passar um momento difícil. Depois do Presidente Sampaio, foi a vez de Paulo Portas lhe dar 48 horas. Portas reuniu os dirigentes partidários e o «Conselho Económico e Social». Entretanto, «auscultou» personalidades da vida empresarial. Quando este artigo sair terá decidido se dissolve ou não a coligação. Uma encenação brilhante para melhor negociar os lugares do CDS nas listas. Portas sabe perfeitamente que os eleitores do seu partido são críticos da decisão de Sampaio e consideram Santana o melhor candidato do PSD. Os riscos do voto útil são grandes de mais. Basta ler as sondagens. Santana também já percebeu que a coligação é a única saída possível. O actual primeiro-ministro, que vê tudo nas estrelas, está a colocar-se na posição de Sá Carneiro e quer colocar Sampaio no papel de Eanes. Por isso, não lhe convém oposição à direita. É um estratégia de mobilização da direita que também tem algo de bushista: não corresponda uma maioria parlamentar. O método d'Hondt favorece as coligações: em coligação não há votos perdidos. A primeira AD não precisou dos 50 por cento de Cavaco para chegar à maioria absoluta. Somando os 35 por cento do PSD das sondagens aos cinco de Portas, a coligação fica com 40 por cento. Só precisa de mais uns três ou quatro por cento. Ou há uma maioria absoluta do PS ou corremos o risco de ter uma maioria absoluta de direita.

Breves

FEDERAÇÕES

A **Federação do PS de Santarém** promoveu recentemente mais uma iniciativa integrada nas jornadas educativas "Reflectir para Agir", organizadas pelo Departamento de Educação.

O debate teve como tema central o Processo de Bolonha, sua origem e repercussões no sistema de Ensino Superior Português, partindo de uma intervenção de Pedro Lourtie, especialista na matéria.

O **líder da Federação do PS/Viseu, José Junqueiro**, responsabilizou o secretário de Estado da Administração Local, José Cesário, pelas manifestações dos populares de Canas de Senhorim, que exigem a elevação da freguesia a concelho. Junqueiro referiu, em declarações à Comunicação Social, que foi Cesário que, enquanto deputado do PSD, apresentou, em 1998, o primeiro projecto de lei para a criação do concelho de Canas de Senhorim, actualmente integrado no município de Nelas.

O governador civil do Porto, Manuel Moreira, está a "interferir de um modo despuadorado na vida político-partidária local" ao ter "estimulado" Valentim Loureiro a recandidatar-se a Gondomar.

A denúncia partiu da **Federação do PS portuense** que, em comunicado, refere que, "em pleno discurso oficial de representação" do Governo, Manuel Moreira "fez uma clara incursão despropositada, para incitar e estimular o presidente da câmara (de Gondomar) a recandidatar-se".

Os socialistas protestam pelo facto e solicitam a intervenção do ministro da tutela, "para que tais situações não se repitam", exigindo ainda do governador "contenção e isenção nas suas funções".

CONCELHIAS

O **PS de Cascais** desafiou o presidente da câmara, António

Capucho, a divulgar os projectos e intenções urbanísticas para a praça de touros que estejam em apreciação nos serviços municipais. Os socialistas defendem, em comunicado, que "a degradação desta praça de touros não pode servir de pretexto para a viabilização de soluções urbanísticas para esta zona, sem que tal seja apresentado e discutido com a população".

O PS exigiu ainda "conhecer o relatório que o edil diz ter em sua posse e que pode levar ao encerramento da maior parte dos estabelecimentos comerciais" que existem presentemente nesta zona.

No decurso das visitas de trabalho que o **PS/Tomar** está a realizar às freguesias do concelho, uma delegação de socialistas constatou o problema crónico de iluminação pública existente em muitas das localidades.

Segundo os socialistas, a autarquia continua a tentar atribuir toda a responsabilidade desta situação à concessionária (Grupo EDP) quando "é de todos sabido que existe uma comparticipação que a Câmara Municipal tem que dar para a instalação dos candeeiros". No caso da freguesia dos Casais, os socialistas estranham também o silêncio do presidente da junta relativamente a estas matérias e lembram que é também vice-presidente do PSD local, questionando se essa será a razão da omissão.

AUTARQUIAS

Às decisões contraditórias, às promessas não cumpridas e à "acção atabalhoada", o executivo camarário de Sintra juntou dois orçamentos "irrealistas", um para a autarquia e outro para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) do concelho a executar em 2005. Perante mais provas de incapacidade administrativa, **os vereadores socialistas na autarquia sintrense** votaram contra ambos os diplomas.

"O PS votou contra os dois documentos por serem irrealistas,

inconcretizáveis face ao histórico da coligação e por estarmos certos de que a sua aprovação iria seguramente agravar ainda mais a situação económica e financeira do município", refere o partido em comunicado.

Segundo o vereador Rui Pereira, "a actual coligação assentou na sua acção governativa num diagnóstico errado, numa acção política atabalhoada e num rol de decisões erráticas e comprometedoras para as promessas feitas aos sintrenses".

A recandidatura de Luís Filipe Menezes à Câmara Municipal de Gaia "não espanta" os socialistas. O **vereador do PS** na autarquia, **Barbosa Ribeiro**, declarou não estranhar o recuo de Menezes ao anunciar a recandidatura depois de ter dito que não voltaria a concorrer ao cargo.

"Já nada me espanta", afirmou perante os jornalistas, à margem de uma visita que realizou ao cemitério de Mafamude.

Para Barbosa Ribeiro, também presidente da Concelhia do PS/Gaia, com Menezes, "o que de manhã é verdade, ao meio-dia já só é meia-verdade e à noite é mentira".

Os **socialistas de S. Marcos e Monte Abraão**, em Sintra, aprovaram uma moção contra a distribuição de uma revista pelo pelouro do Ambiente (CDU) na autarquia que consideram "um despesismo inaceitável".

"A publicação e distribuição da aludida revista configuram uma situação de inaceitável despesismo que penaliza os interesses dos cidadãos e que roça a imoralidade, merecendo por isso uma clara e frontal reprovação", refere a moção.

Segundo Eduardo Quintanova, da Assembleia de Freguesia de S. Marcos, os municípios foram recentemente confrontados com uma "situação estranha", ao receberem nas suas caixas de correio – "além da revista da Câmara de Sintra – uma outra de indesmentível qualidade gráfica e com uma tiragem de 160 mil exemplares, que trata exclusivamente da divulgação das actividades do pelouro do ambiente".

Agenda

17 de Dezembro – 21h00
Comício do Partido Socialista com José Sócrates, no Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL).

SECRETÁRIO-GERAL

9 de Dezembro – O secretário-geral do PS é recebido pelo Presidente da República no âmbito do processo de dissolução do Parlamento.

13 de Dezembro – José Sócrates reúne-se com a direcção da CAP.

16 de Dezembro – O líder do PS participa em Bruxelas numa reunião de líderes do Partido Socialista Europeu.

19 de Dezembro – Sócrates participa na tradicional festa de Natal do PS de Montalegre.

FEDERAÇÕES

9 de Dezembro – 21h30 – A Federação socialista do Porto organiza a conferência "A

Constituição Europeia: Desafios e Oportunidades", no auditório da sede desta estrutura distrital. José Lamego é o orador convidado.

14 de Dezembro – Reunião da Comissão Política Distrital de Faro.

18 de Dezembro – A Federação Distrital do PS do Baixo Alentejo promove um encontro-convívio com cidadãos portadores de deficiência e respectivas famílias.

CONCELHIAS

9 de Dezembro – 21h30 – A Comissão Política Concelhia do PS/Lisboa reúne na sede nacional do Largo do Rato, com a presença de Jorge Coelho.

10 de Dezembro – 21h00 – A Comissão Política Concelhia de Sesimbra do PS promove uma conferência subordinada ao tema "Cultura e Património", no Clube Sesimbrense.

11 de Dezembro – 20h00 – A Concelhia de Barcelos do Partido Socialista realiza, no Hotel Restaurante Bagoeira, em Barcelos, um encontro de militantes, simpatizantes e autarcas, num jantar em que também se comemoraram os 30 anos de existência desta estrutura do PS.

SECÇÕES

14 de Dezembro – 21h30 – A Secção de Desenvolvimento Sustentável, em colaboração com a Secção da EDP e com o apoio da Juventude Socialista, vai organizar um debate subordinado ao tema "Desenvolvimento Sustentável e Energia – O Desafio Português", que terá lugar na FAUL.

Moderado pelo porta-voz do PS, Pedro Silva Pereira, este evento contará com a presença de Lívio Onório, especialista em utilização racional de energia.

MULHERES SOCIALISTAS

10 de Dezembro – 21h30 – O Departamento das Mulheres Socialistas do Porto promove um debate sobre "Direitos Humanos, Ética e Cidadania" na sede federativa do PS portuense, com a presença de Almeida Santos e Alberto Martins.

AUTARQUIAS

18 de Dezembro – Emílio Mesquita vai ser publicamente apresentado como candidato do PS a Vila Nova de Foz Côa num jantar que contará com a presença de Edite Estrela.



PELOURINHO DA REPÚBLICA

“Pedro Santana Lopes é um misto de Zandinga e Gabriel Alves”
Durão Barroso no Congresso do PSD de Viseu, em 2000

“Não quero ver o meu país com mau astral”
Pedro Santana Lopes no Congresso de Novembro de 2004

“Não sei ao certo quanto ganha o arquitecto Frank Gehry, mas ganha muito dinheiro. Não há em Portugal ninguém a ganhar tanto. O projecto [do Parque Mayer] custará 25/30 milhões de contos”
Pedro Pinto, vice-presidente da Câmara de Lisboa

“Balear a coligação é uma atitude irresponsável”
Manuel Dias Loureiro

“Quem se vitimiza são os jornalistas”
Santana Lopes, Grande Entrevista, RTP1 a 23 de Novembro de 2005

“Com o primeiro-ministro tudo é plástico. Tudo pode ser ou não ser. Uma coisa corre mal, pode-se mudar, não há problema nenhum. Aconteceu assim e esperava-se que acontecesse assado. Não é muito importante. Fizemos isto. Já estava previsto que o fizéssemos(…)”
Pacheco Pereira no seu blog a 23 de Novembro

“Sinto-me o pai desta via (ER 1.18) mas a mãe é o engenheiro João Cravinho, sendo agora o padrasto o ministro António Mexia”
Luís Filipe Menezes, presidente da Câmara Municipal de Gaia, ao “Público”

“Este é um Governo a quem ninguém deu quase o direito de existir antes dele nascer, e que, depois de nascer através de um parto difícil teve de ir para uma incubadora e vinham alguns irmãos mais velhos e davam-lhe uns estalos e uns pontapés”
Santana Lopes na qualidade de primeiro-ministro, em cerimónia pública, em Vila Pouca de Aguiar, no dia 28 de Novembro de 2004

“[Santana Lopes] não é estadista, não tem personalidade de homem de Estado, logo não é credível”
Miguel Veiga, “Jornal de Notícias”, de 30 de Novembro de 2004

“Desde que este Governo é Governo só temos assistido a focos de instabilidade. Como é que se pode pedir ou exigir estabilidade a alguém como o primeiro-ministro, que é o primeiro foco da instabilidade?”
Miguel Veiga, Antena Um, 30 de Novembro de 2004

“Naturalmente, quando terminei as funções de primeiro-ministro fi-lo no pressuposto de que estavam garantidas todas as condições de estabilidade política!”
Durão Barroso, “Público”, 2 de Dezembro de 2004

“Os agentes políticos incompetentes afastam os competentes. Segundo a lei de Gresham a má moeda expulsa a boa moeda”
Aníbal Cavaco Silva, “Expresso”, 27 de Novembro de 2004

«A função do primeiro-ministro é coordenar o Governo, dar-lhe credibilidade, comunicar correctamente uma direcção e uma política económica em particular. E nessa matéria temos as maiores reservas e as maiores razões de queixa, como admitem os ministros que saíram. “(se soubesse o que sei) provavelmente não teria aceite o convite”
Maria do Carmo Seabra, ministra da Educação, “DN” de 29 de Novembro de 2004

“Isso estava a falhar redondamente”
António Borges, “Diário Económico” de 3 de Dezembro de 2004

“Acreditei neste homem anos a fio mas tenho de concluir que me enganei. Não tem preparação para primeiro-ministro e não tem lealdade para os amigos”
Ministro **Henrique Chaves** sobre Santana Lopes

“Não está para aturar garotos”
Citação do ministro **Álvaro Barreto** sobre o ministro José Luís Arnaut, “Expresso” de 4 de Dezembro de 2004

“Quem na nossa maioria deu pretextos deve pensar no que fez”,
Paulo Portas no dia 1 de Dezembro de 2004

“Não sei ainda o que vou fazer. Estou muito preocupado com o meu futuro”
Carneiro Jacinto, assessor de imprensa do ministro dos Negócios estrangeiros, citado pelo “24 Horas”, e a propósito da convocação de novas eleições

“Convém não subestimar a capacidade de transfiguração de Santana Lopes”
António José Teixeira, “Jornal de Notícias”, 3 de Dezembro de 2004

“Santana pode sempre voltar à Câmara de Lisboa”
Título do “Público” de 3 de Dezembro de 2004

“Despedido por incompetência”
Título do artigo de opinião do subdirector do “Expresso”,
Nicolau Santos, 4 de Dezembro de 2004

“Aparelho do PSD abre guerra a Sampaio e trata Cavaco como inimigo”
Manchete do “Público” de 4 de Dezembro de 2004

“Fugiu! Foi para um lugar melhor, mas fugiu. Não nos venha agora dizer que é inocente e totalmente à parte da crise que deixou”
Ângelo Correia, em entrevista ao “Público” de 6 de Dezembro, respondendo a uma pergunta sobre Durão Barroso

“Está mais na natureza do PSD, ir a eleições sozinho”
Miguel Relvas, secretário-geral do PSD, 5 de Dezembro de 2004

“Santana Lopes vai tentar convencer os portugueses de que nunca na vida foi primeiro-ministro de Portugal e muito menos nos últimos quatro meses”
Rui Santos, “Correio da Manhã”, 5 de Dezembro de 2004

ESTABILIDADE POLÍTICA!

Durão Barroso governou o país durante dois anos apoiado numa maioria surgida após as eleições, sem que nem as pessoas que votaram num ou noutro partido estivessem à espera disso. Tratou-se de uma maioria que, no Governo, sentava à mesma mesa pessoas que, no passado, se insultaram, formada por dois partidos que, até então, em determinadas matérias, tinham discursos completamente opostos.

A estabilidade política, tão falada nos últimos tempos, é um factor decisivo para que um país cresça e para que as pessoas possam ter melhores condições de vida. A estabilidade política atrai o investimento (ou, pelo menos, não o repele), fomenta o crescimento económico e, conseqüentemente, estimula o emprego, traz melhorias à vida dos cidadãos e aumenta o seu poder de compra. A estabilidade política traz consigo a confiança dos empresários e dos trabalhadores. A estabilidade política é, sem dúvida, um bem precioso.

Os recentes episódios ocorridos na vida política portuguesa, se mais não fosse, tiveram um mérito: percebemos agora que não é pelo facto de haver na Assembleia da República (AR) uma maioria absoluta que sustenta o Governo em funções que estão reunidas as condições para uma estabilidade política. Senão vejamos!

Durão Barroso governou o país durante dois anos apoiado numa maioria surgida após as eleições, sem que nem as pessoas que votaram num ou noutro partido estivessem à espera disso. Tratou-se de uma maioria que, no Governo, sentava à mesma mesa pessoas que, no passado, se insultaram, formada por dois partidos que, até então, em determinadas matérias, tinham discursos completamente opostos. Ora, apesar da maioria, não houve atracção de investimento, aumentou o desemprego, diminuiu a confiança dos empresários e dos trabalhadores. Apesar da maioria, Durão abandonou o Governo deixando o país na mais profunda das crises dos últimos tempos. E abandonou, não por achar que "a vida política estava mergulhada num pântano" como achou Guterres quando apresentou a sua demissão, mas porque lhe ofereceram um cargo melhor e de maior prestígio. Não pensou nem um minuto na estabilidade que estaria assegurada com a maioria PSD/PP porque, na verdade, não existia estabilidade política! Existia sim um clima de "paz podre", uma farsa, uma aliança em que ninguém acreditava, nem mesmo os membros dos dois partidos que a formavam.

Santana Lopes, em nome da tal estabilidade política que nunca existiu, foi nomeado primeiro-ministro pelo Presidente da República e, durante quatro meses, reforçou a ideia de que, de facto, a maioria no Parlamento não é suficiente para garantir uma estabilidade política. A incompetência, a irresponsabilidade, a intriga, a inveja, a traição, a falta de solidariedade entre pares, o cheiro a ilegitimidade política e até partidária, são tudo factores que, apesar da maioria na AR, não garantiam, na verdade, a estabilidade política. E por isso é que Santana e o seu Governo foram demitidos.

Julgo, portanto, que a jovem (mas já trintona) democracia portuguesa terá aprendido que, para se garantir uma estabilidade política, é preciso muito mais do que um somatório de deputados favorável. O PSD e o PP tiveram algumas condições para conseguirem essa estabilidade política. No entanto, precisavam de ter conseguido o essencial: precisavam de querer essa estabilidade e Durão não quis; precisavam de ter a capacidade para a gerir e Santana não teve; precisavam de uma verdadeira e sincera cumplicidade entre as partes mas, na realidade, PSD e PP nunca tiveram um projecto comum.

Esperemos, por isso, que o próximo Governo, independentemente da nova composição da AR, tenha condições para assegurar a desejável, verdadeira, transparente e necessária estabilidade política! O país precisa dela e os portugueses merecem-na!



LUÍS MIGUEL FERREIRA

Opinião

VIOLÊNCIA DE GÉNERO

MULHERES SOCIALISTAS PROMETEM COMBATE SEM TRÉGUAS

A prevenção da violência sobre as mulheres será tema para um conjunto de workshops a realizar em 2005 pelo Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS). O anúncio destas acções teve lugar a 25 de Novembro, por Sónia Furtuzinhos, no decorrer de mesas-redondas em Lisboa e no Porto em que o DNMS assinalou o Dia Internacional Contra a Violência Contra as Mulheres. O PS vê toda esta problemática segundo uma óptica de urgência e prioridade política, como o demonstra o facto do secretário-geral, José Sócrates, se ter deslocado à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Porque a luta contra a violência de género não admite tréguas, "é preciso cerrar fileiras", como declarou Sónia Furtuzinhos ao "Acção Socialista".

Julgados de violência de género em Portugal sim ou não? Trabalho integrado e articulado de prevenção do flagelo; enquadramento jurídico da problemática; esforço suplementar de avaliação e fiscalização das leis em vigor; formação específica nesta matéria para os agentes de segurança; estudo estatístico actualizado das situações portuguesas; mais recursos estatais para a luta e análise da capacidade de resposta das casas-abrigo e processo de reintegração social, são estes os temas que as mulheres socialistas prometem lançar a debate no próximo ano, porque "os números continuam a ser alarmantes e o silêncio é cúmplice". "É preciso não esquecer que este ano, até Novembro, em Portugal foram assassinadas 50 mulheres, o que é um importante indicador da crucialidade desta matéria", frisou a líder nacional das mulheres socialistas.

Assim, Sónia Furtuzinhos disse que o Partido Socialista está apostado em contribuir para traçar o quadro real desta dramática situação em Portugal e, para isso, procurou fazer um balanço geral e debatido, tendo como pano de fundo a situação em Espanha, com o PSOE a assumir a solução deste problema social como prioridade número um da política e da acção governativas.

A presidente do DNMS garantiu que "as socialistas e os socialistas têm a ambição de trabalhar em estreita proximidade de quem vive com as decisões que venham a ser tomadas" e a dar reconhecimento público ao contributo das Organizações Não Governamentais (ONG's), "que não só têm colocado na agenda política a luta contra a violência contra as mulheres, como têm sabido coordenar de forma eficiente e eficaz um trabalho de mediação entre o Estado e a sociedade, relativamente a este flagelo".

Prevenir logo nas escolas

A mesa-redonda sobre violência doméstica realizada na Assembleia da República contou com a presença da



como a sua articulação", observou, acrescentando que o deficiente encaminhamento das vítimas de agressão e a frequente ocorrência do problema no seio familiar afecta também os outros membros do agregado, pelo que estes não devem ser esquecidos".

Após cinco horas de intenso debate a conclusão não suscitou dúvidas: ficou expressa a conclusão de que o Governo de direita excluiu erradamente as ONG's de uma luta para a qual elas têm o conhecimento prático necessário, ficando patente, mais uma vez, o desdém com que o Executivo de coligação PSD/PP tratou o princípio da igualdade de género e negligenciou o flagelo da violência contra as mulheres.

Alerta às consciências esquecidas

No Porto, a mesa-redonda contou com a participação de Isabel Dias, jurista e investigadora da Universidade do Porto, e de Teresa Carvalho, técnica da Comissão para a Igualdade e dos Direitos das Mulheres.

As oradoras deixaram um "alerta às consciências mais esquecidas".

"Um 43 por cento dos casos de violência contra as mulheres ocorre no espaço doméstico. Uma em cada duas mulheres é vítima de pelo menos uma acção ou atitude agressiva. Uma em cada três portuguesas sofre as consequências de violência continuada. Só 1 por cento das vítimas pedem ajuda e não chegam a 250 os casos que chegam à barra do tribunal, muito embora a violência doméstica ser crime público". Estes foram alguns dos "números assustadores" referidos pela presidente das Mulheres Socialistas do Porto, Rosalina Santos, na sessão, onde também assinalou o desinvestimento sistemático no sector social como medida típica da direita, "que não entende como prioritárias as medidas de apoio e correcção social nem mesmo o seu contributo para a estabilidade".

A mesa-redonda realizada na Cidade Invicta culminou com a intervenção de Sónia Furtuzinhos, que destacou o importante trabalho desenvolvido pelos governos socialistas nesta área e a sua preocupação pela responsabilidade do Estado ao não fornecer os recursos necessários para a aplicação da legislação já existente.

M.R.

TÚNEL DO MARQUÊS

CONCELHIA DE LISBOA APRESENTA PROJECTO ALTERNATIVO

A Concelhia de Lisboa do PS apresentou no dia 1 de Dezembro uma proposta alternativa ao túnel do Marquês, que consiste em fazer o desnivelamento dos cruzamentos da Rua Artilharia Um com a Joaquim Augusto de Aguiar e Rua Castilho, da autoria do arquitecto Tomás Taveira.

Em conferência de Imprensa realizada junto às obras do túnel que a câmara teima em levar para a frente, o líder da Concelhia socialista e deputado municipal, Miguel Coelho, referiu que a proposta de solução viária apresentada pelo PS "facilita a mobilidade local, é mais barata, requalifica a zona e não se corre riscos ambientais e de segurança". Por isso, apelou ao "bom senso" do presidente da Câmara, Carmona Rodrigues, para que retire o projecto original do túnel que "seria um desastre para a cidade de Lisboa", nomeadamente por permitir a entrada de mais carros na cidade.

Segundo Miguel Coelho, que se encontrava acompanhado de outros dirigentes da Concelhia, o túnel do Marquês tem "inconvenientes ambientais, de tráfego, de estacionamento e de risco, porque passará a 40 centímetros do túnel do metro e em alguns sítios menos ainda".



O deputado municipal do PS disse ainda que se deve esperar pela conclusão do estudo de impacto ambiental do túnel do Marquês, que se encontra em consulta pública até meados de Dezembro. E defendeu também que a proposta do

PS, caso seja acolhida favoravelmente, seja igualmente objecto de um estudo de impacto ambiental e que, se necessário, "sejam introduzidas mudanças para a melhorar". Entretanto, a audiência pública promovida

pela Concelhia sobre a lei do arrendamento urbano destinada à população das avenidas novas e de Alvalade agendada para o dia 30 de Novembro, num hotel da capital, acabou por ser anulada mal começou. É que



nessa noite foi conhecida a decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento, caindo assim também este diploma tristemente conhecido por lei dos despejos.

J. C. CASTELO BRANCO

PS/PORTO RELANÇA REGIONALIZAÇÃO

O PS/Porto quer relançar a regionalização, congregando para isso esforços com as federações de Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança. Este objectivo foi anunciado pelo líder da Federação portuense, Francisco Assis, na primeira reunião do novo Secretariado desta estrutura.

Face ao actual quadro de crise em que se encontra mergulha a região, os socialistas consideram que só uma verdadeira descentralização do país pode inverter a contínua perda de influência política e económica do Norte, com a consequente quebra de investimento e aumento do desemprego e exclusão social.

O modelo de descentralização do actual Governo, "conhecido pela 'reforma Miguel Relvas', é uma reprodução das lógicas municipais que não funciona, porque as novas entidades não têm competências, nem atribuições próprias, nem meios financeiros", declarou Joaquim Couto, responsável pelo departamento autárquico do PS/Porto. Assim, os socialistas do Porto vão fazer um levantamento dos grandes problemas que se colocam ao Norte do país, em articulação com as outras federações, reflectindo sobre as consequências e impasses gerados pela não concretização da regionalização, chumbada em referendo há seis anos.

Em análise na reunião do Secretariado estiveram também as próximas eleições



autárquicas, tendo Francisco Assis alertado para duas realidades distintas: a do interior, onde as concelhias terão maior preponderância na escolha dos candidatos, e a das câmaras que integram a Área Metropolitana do Porto (AMP), onde o combate contra a maioria PSD/PP exigirá que "os generais do partido avancem para o terreno". Entretanto, a Federação do PS/Porto exigiu a intervenção do ministro da Administração Interna junto do

governador civil do Porto, Manuel Moreira, no sentido de lhe exigir "contenção e isenção" no cargo que ocupa face às questões partidárias. O protesto dos socialistas prende-se com o facto do governador civil, numa cerimónia pública em Gondomar, ter interferido de "um modo despuadorado" na vida político-partidária local ao "incitar e estimular" Valentim Loureiro a recandidatar-se à presidência daquele município.

ANA PAULA VITORINO NO BAIXO ALENTEJO

INCENTIVAR A FIXAÇÃO DE JOVENS E EMPRESAS

O estado das acessibilidades, particularmente o IP8 e o IC4, a par do chamado "triângulo de desenvolvimento" alentejano formado pelo empreendimento do Alqueva, o porto de águas profundas de Sines e o aeroporto de Beja, foram os temas principais abordados pela secretária nacional responsável pelo pelouro das Obras públicas, Transportes e Habitação, Ana Paula Vitorino, nos plenários de militantes realizados em Aljustrel e Sabóia, no concelho de Odemira, no passado dia 27 de Novembro, antes, portanto, de ser conhecida a decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento e convocar eleições antecipadas.

Acompanha pelo presidente da Federação do Baixo Alentejo, Luís Ameixa, e pelo deputado socialista eleito pelo círculo eleitoral de Beja, Luís Miranda, Ana Paula Vitorino salientou que todas aquelas obras se encontravam paradas e alertou para a importância do PS se apresentar unido e coeso em torno das candidaturas autárquicas.

Encontrado-se numa zona do interior sul do país, a dirigente socialista sublinhou terem sido os deputados do PS que na aprovação do Orçamento de Estado (OE) para 2005 se bateram pela inclusão no documento de benefícios fiscais tendentes à fixação de empresas no interior. No que toca ainda ao OE, a secretária nacional do PS insurgiu-se contra a ausência de políticas de combate à desertificação e de apoio à fixação de jovens e empresas no interior, o que em seu entender deve ser conseguido através do recurso a incentivos empresariais aos sectores das novas tecnologias de informação e do turismo agro-ambiental.

Reagindo aos ecos que chegavam do Congresso dos comunistas que nesse fim-de-semana decorria em Almada, Ana Paula Vitorino afirmou que "O PCP revela-se cada vez mais sectário o que dificulta qualquer entendimento à esquerda".

Sobre o movimento "Novas Fronteiras", a secretária nacional sublinhou que dele se espera "o melhor do PS e da sociedade".

FALECEU FERNANDO VALLE

REFERÊNCIA MAIOR DA DEMOCRACIA E DO PS



Milhares de pessoas participaram no dia 27 no funeral do fundador e presidente honorário do PS, Fernando Valle, numa última e sentida homenagem a um dos derradeiros grandes símbolos da República e referência moral e cívica dos socialistas, pela fidelidade aos valores da liberdade, igualdade e fraternidade que pautaram toda a sua vida. A morte surpreendeu-o aos 104 anos.

Distinto médico e maçom, Fernando Baeta Cardoso do Valle nasceu em Coja, terra onde sempre viveu, no concelho de Arganil, a 30 de Julho de 1900, oriundo de uma família de médicos com ideais republicanos.

Com apenas dez anos de idade o 5 de Outubro de 1910 irá marcá-lo para sempre e determinar, nas suas próprias palavras, uma "atitude" para a vida, que mais tarde se reflectirá na sua opção maçónica, fraternidade onde era conhecido pelo nome iniciático de Egas Moniz, um gesto de homenagem ao luso

exemplo histórico de lealdade do aio de D. Afonso Henriques.

Com o 28 de Maio de 1926, a que se opôs desde a primeira hora, Fernando Valle inicia um longo percurso de décadas como oposicionista ao Estado Novo, o que lhe valeu vigilância apertada e várias detenções pelos esbirros da Pide. Mas também, e acima de tudo, o respeito e a admiração de todos aqueles que tiveram o privilégio de conhecer e conviver com esta figura extraordinária de lutador de causas e nobreza de ideais. Fundador do MUD de Coimbra, Fernando

Valle apoia activamente a candidatura de Norton de Matos à Presidência da República em 1948. Em consequência e sob a acusação de "desafecto ao regime" foi demitido do posto médico municipal pelo ditador de Santa Comba. Anos mais tarde, em 1971, em pleno outono marcelista, nova tentativa para o afastar da medicina em Arganil. O Hospital da Misericórdia retirou-lhe o consultório, mas as mulheres tocaram o sino a rebate, organizaram uma manifestação e o consultório foi-lhe restituído.

É que o clínico geral Fernando Valle, que "empobreceu a exercer medicina", nas palavras do camarada Almeida Santos —, tinha granjeado ao longo de décadas o respeito e a admiração profunda das gentes mais humildes, a quem não raras vezes pagava do seu bolso os medicamentos que necessitavam. Fiel ao ideário republicano e socialista, esteve sempre presente em todas as grandes batalhas contra a ditadura, tendo apoiado Humberto Delgado nas presidenciais de 1958, protestado contra a deportação de Mário Soares para S. Tomé em 1969, ano em que também participa no Congresso da Oposição

Democrática em Aveiro e se coloca ao lado dos mais novos na crise estudantil. Em 1973 será um dos fundadores do PS na Alemanha, em Bad-Munstereifel.

Instaurada a democracia, porque tanto lutou e sonhou, em 25 de Abril, recusa ocupar quaisquer cargos políticos. Só Mário Soares o convence, depois de muita insistência, a ser, num breve período, entre 1976 e 1980, governador civil de Coimbra.

Nos últimos anos de vida, o velho combatente da liberdade continuou a acompanhar com uma lucidez extraordinária a vida do país e o rumo do regime democrático que ajudou, como poucos, a fundar. "O povo está passivo, indiferente. Refugia-se na reles filosofia de 'os outros que se lixem'. O egoísmo é feroz, os efeitos têm que ser imediatos", lamentava.

"Português raro e único"

A sua vida "ficará como um grande exemplo para o PS", afirmou o secretário-geral do PS, José Sócrates, salientando a luta de Fernando Valle "por ideais nobres e generosos" e a sua "nobreza de carácter, verticalidade e

generosidade".

"Foi sempre a minha referência humana e política", referiu o presidente do PS, Almeida Santos, frisando que o seu amigo e camarada "viveu como um santo laico" e "empobreceu a exercer a medicina, o que é talvez um caso único no mundo".

Já o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, sublinhou o seu exemplo de "vida admirável" e de "determinada acção cívica e política" de Fernando Valle, considerando-o uma "referência maior da democracia, da liberdade e da tolerância".

Também o ex-Presidente da República Mário Soares apontou o seu amigo como "uma referência", lembrando-o como "um grande homem de bem" e realçando a sua coerência ao ter sido "republicano, um grande democrata, um socialista e um maçom" toda a vida.

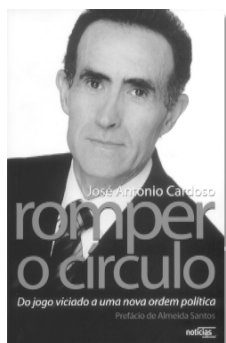
O deputado socialista Manuel Alegre salientou que Fernando Valle, "um português raro e único, podia ter sido tudo, exercido os mais altos cargos, mas quis apenas fazer da sua vida uma lição de liberdade, tolerância, humildade e partilha".

LIVROS DOS NOSSOS

Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.

ROMPER O CÍRCULO

CIDADÃO PORTUGUÊS DA MADEIRA, EM EXERCÍCIO



Romper o círculo

José António Cardoso
Editorial Notícias
Lisboa 2004

“ROMPER O CÍRCULO – Do jogo viciado a uma nova ordem política”, constitui o produto de uma reflexão que considera vivermos um tempo onde a dinâmica da Instituição Política reflecte um conflito com os valores orientadores das expectativas de vida nas sociedades modernas.

Utilizando como balizas do pensamento teses de referência que marcam os actuais valores civilizacionais, o autor expressa argumentos com o objectivo de provocar o leitor a romper com o habitual alheamento que marca a atitude da maioria dos cidadãos. Da sua experiência política, reflecte sobre as praxes de jogo viciado que precariza e fragiliza o exercício da actividade política nos diversos âmbitos em que ela se observa, deixando uma marca negativa na opinião pública, não compatível com os nobres valores que integram a Instituição Política.

Com uma substancial parte da reflexão assente no paradigma sociopolítico da Região Autónoma da Madeira, situa valores que se projectam transversalmente na generalidade das actuais sociedades ocidentais europeias de que Portugal não foge à regra.

Em lugar do habitual exercício de conclusão que constitui modelo editorial da maioria dos livros, “ROMPER O CÍRCULO” “encerra”, com uma “Nota de Continuidade”, indicando uma porta em endereço electrónico onde o leitor é desafiado a entrar e a manifestar o seu pensamento como contributo para a construção de uma desejável nova ordem política que resolva o contencioso entre o cidadão e o poder social.

No prefácio, Almeida Santos refere:

“O presente livro é uma reflexão lúcida sobre a doença mortal que afecta e precariza o sistema político, económico, social e ético herdado.

Pairam nele, em meu entender, algumas ilusões, mas entremeadas de certezas que seria bom fossem dúvidas. Faz apelos a controlos éticos que também deixaram de existir. Temos aí, é certo, os Direitos do Homem, a nova religião laica que rege eticamente o mundo. Mas não bastam. O cidadão globalizado, aluno predilecto das escolas mediáticas, nem esses valores respeita. Ainda assim, já derrubaram mais ditaduras e apearam mais ditadores por unidade de tempo do que todas as religiões e seus códigos morais.

José António Cardoso acolhe, em muitos passos do seu livro, a mitologia do pensamento utópico. Mas, parafaseando Pessoa, “sem utopia, o Mundo o que seria?”. Em nota crítica, Fernando Dacosta alude ao imperativo de “puxar o futuro”. Diz:

“José António Cardoso junta-se a esse grupo (onde se destacam vozes angulares como Maria de Lurdes Pintasilgo) acrescentando-o, enriquecendo-o com a sua prática de político e intelectual. O livro que nos apresenta afirma-se uma referência irrecusável, inadiável para a reabertura da dignidade que merecemos.”

O autor, professor de sociologia na Universidade da Madeira, nas notas biográficas, assume-se como *cidadão português da Madeira, em exercício*.

Opinião

MERECER A MAIORIA ABSOLUTA

Para merecermos a maioria absoluta pela qual todos nos iremos bater temos, de propor soluções justas e exequíveis para os problemas e escolher os mais capazes para as concretizar



JOSÉ LEITÃO

Todos estamos empenhados em conquistar para o PS uma maioria absoluta nas próximas eleições legislativas porque estamos convictos que é condição indispensável para assegurar a governabilidade e para enfrentar, com competência e determinação, os graves problemas do país. Para alcançarmos este objectivo é preciso humildade como tem sido sublinhado pelo camarada José Sócrates. A nossa atitude de humildade implica uma análise mais profunda e rigorosa dos problemas.

Gostaria por isso de chamar a atenção para três questões que me parecem dever merecer a nossa resposta prioritária.

Uma das questões que não podemos ignorar é a forma como os governos da direita têm desprezado as capacidades científicas e tecnológicas existentes. Foram criadas dificuldades burocráticas e criada enorme instabilidade na gestão das instituições científicas e culturais comprometendo ou mesmo pondo em causa, de forma arbitrária e errática, a prossecução das políticas nas áreas da Ciência e da Cultura, iniciadas pelos governos socialistas. Ao mesmo tempo um número crescente de doutorados por universidades nacionais ou estrangeiras têm sido obrigados a emigrar por não serem criadas condições para o aproveitamento das suas competências para o desenvolvimento do país.

Uma outra matéria em que há que prosseguir o trabalho iniciado nos governos de António Guterres é o combate à “cultura da corrupção” que se instalou em várias áreas da sociedade portuguesa, sem moralismo e sem ofensa dos direitos humanos, mas com determinação e eficácia. A corrupção provoca injustiça social, cria desigualdades injustificadas e ilegítimas entre os cidadãos e entre os agentes económicos, contribui para a degradação das instituições públicas e impede o desenvolvimento económico. Temos também de ter bem presente os dramas de muitos milhares de famílias a braços com graves situações de sobreendividamento. Há muitos milhares de pessoas que lutam todos os meses para pagar a prestação da casa, a dívida do condomínio, a braços simultaneamente com dívidas fiscais e à segurança social. Tem aumentado o número de portugueses, de todas as origens, que têm emigrado para vários países, com destaque para o Reino Unido. A emigração voltou a ser a única esperança para muitos cidadãos que esperam ter oportunidade de ganhar melhores salários. É possível, contudo, encontrar soluções para muitos casos criando mecanismos que lhes permitam renegociar as suas dívidas e encontrar formas de honrar os seus compromissos. A emigração não pode ser a única alternativa.

Estas são desde já algumas breves notas para o diagnóstico dos problemas mais graves com que nos defrontamos. Para merecermos a maioria absoluta pela qual todos nos iremos bater temos, de propor soluções justas e exequíveis para os problemas e escolher os mais capazes para as concretizar.

Partido Socialista

PS

Visite na internet
www.ps.pt

SUGESTÕES

por ISABEL PIRES DE LIMA

“OS POEMAS DA MINHA VIDA” DE MÁRIO SOARES: UMA ANTOLOGIA PESSOAL

O título da colecção, *Os poemas da minha vida*, da iniciativa do editor José da Cruz Santos (um inventor de livros como deve ser um editor) e do *Público*, inaugurada por uma antologia da escolha de Mário Soares, remete para uma certa ideia da literatura, designadamente da poesia, como uma espécie de companheira de uma caminhada, algo indissociável de um percurso de vida, da construção de uma personalidade. Uma colecção nascida desta ideia desperta nos leitores uma espécie de “voyeurismo” cultural, porque fá-los pressentir que podem saber mais sobre certos vultos da cultura onde estão inseridos, e em particular conhecer o seu gosto estético, ao acederem à poesia que eles preferem ou preferiram ao logo das suas vidas – no caso presente sabermos mais sobre o marcante vulto da vida pública portuguesa que é Mário Soares.

Na verdade, a selecção que nos propõe Soares é bastante canónica, sobretudo no que diz respeito aos textos mais antigos e releva antes de mais do seu gosto. Como o próprio diz no prefácio, da sua parte, na escolha dos poemas, “não houve qualquer preocupação de ser original, fugindo ao que é mais conhecido. Nem de ecletismo (...) Representam, contudo, o meu gosto pessoal.” Trata-se, portanto de uma escolha nascida do gosto, isto é, do prazer estético que a poesia, como arte que é, desperta em quem a lê ou da sua capacidade formadora enquanto um meio de conhecimento do mundo. É certamente a isto que Mário Soares se refere quando alude a poemas que o “tocaram”, que o “marcaram”, “marcos que sempre me acompanharam e que não posso esquecer”, diz ele, poemas que, porventura, se lhe impuseram num certo momento da vida como uma espécie de voz do mundo e/ou de corporização da sua própria voz subjectiva.

Mário Soares reclama até que não é de modo nenhum um especialista de poesia,



mas apenas “um apaixonado por alguma poesia”, confessando que nunca foi “um leitor compulsivo” de poesia, como tem sido de romance, história, ensaio, biografia, mas con-viveu sempre com a “voz” poética através de muitos amigos poetas com quem partilhou “discussões poéticas acaloradas” e através da companheira de toda a vida, declamadora reconhecida, como lembra. Se dos mortos, que nunca conheceu, mas que sempre o acompanharam, ele não pode esquecer-se, menos ainda pode dos vivos, alguns hoje já mortos, que conheceu. Põe-se então Mário Soares à banca de trabalho a ler e re-ler os seus poetas para ascender ao papel de antologador.

Mas será curioso constatar que, apesar da humildade da atitude e da recusa em enfeitar-se com penas de pavão, como ele diz, Mário Soares mostra-se hesitante quanto ao estabelecimento do(s) critério(s) usados e consequentemente quanto à validade da antologia que construiu. Ora, não decorrerá em grande parte esta atitude da consciência que Mário Soares tem de que a poesia implica com qualquer coisa do domínio da evidência que escapa à descrição, ao

comentário lógico, responsável por provocar em cada leitor individualmente uma certa vibração inexplicável?

Mas há pelo menos um critério que fica inequivocamente claro: Mário Soares optou por se acantonar na poesia portuguesa, o que não deixa de ser curioso, ainda mais num homem que teve a experiência do exílio e que pertence a uma geração internacionalista. Mas esta sua opção confirmará talvez quanto a poesia é coisa de linguagem, mais, de língua e prosódia maternas (e é conhecido o desgosto de Mário Soares pelas línguas estrangeiras ou pelo menos pela sua prática...). Não explicita no prefácio esta opção; apenas declara que “Somos um país de poetas, de grandes poetas”, mas, na sessão de lançamento do livro na Porto, reclamou a grandeza da poesia portuguesa, capaz de ombrear com qualquer poesia em qualquer língua e a sua importância para a definição e a construção da identidade portuguesa. Haveria, portanto, um certo intuito pedagógico (nacionalista), nesta sua opção, visível inclusivamente nas notas-comentários finais com que resolveu fazer acompanhar cada poeta escolhido, sendo que um deles, Bocage merece duas notas, uma para o Bocage lírico, “émulo de Camões”, e outra para o outro Bocage, o erótico e burlesco. Este cuidado de Mário Soares faz sorrir, pois só pode decorrer de um certo puritanismo, visto que nem Pessoa e os heterónimos mereceram este tratamento repartido em partes...

Com efeito, e isso é o que importa, vamos encontrar na sua *antologia pessoal* alguns dos mais belos poemas de língua portuguesa de todos os tempos, misturando assumidamente, como o próprio quer, poesia épica, lírica, satírica, erótica... Cronologicamente ordenada, incorpora poemas que vão de D. Sancho I, com a sua célebre canção de amigo, “ai eu coitada!”, até Ary dos Santos, presente com

três poemas. Todos os séculos estão representados, com maior presença, como é natural, dos séculos XIX e sobretudo XX. Fernando Pessoa e heterónimos chega aos 11 poemas, imediatamente atrás, em número, ficaram Camões e Bocage com cinco. Depois, com quatro, só contemporâneos – O’Neil e Manuel Alegre. O século XXI, esse, está ausente, o que não espantará; mais surpreendente é o facto de não haver uma única aposta num poema de um poeta que se tenha afirmado depois dos anos 80, o que significa que os últimos 25 anos ainda não se vêem...

Mário Soares, apesar de manifestar um gosto bastante canónico, como foi dito – ele prefere usar no prefácio as designações de trivial ou não original – não deixa de revelar orientações de gosto bem identificáveis, assim como, de quando em quando, não deixa de surpreender.

Manifesta-se uma predilecção por uma poesia de intervenção social, mesmo quando a escolha incide sobre poetas que genericamente se afastam ou pelo menos são desviantes relativamente a uma poesia socialmente muito comprometida, como será o caso de Eugénio de Andrade ou Sophia. Há mesmo o que se poderia chamar um certo gosto por uma poesia de tom patriótico visível, por exemplo, nas escolhas de Fernando Pessoa ortónimo – em seis poemas, três são extraídos de “Mensagem” – de poemas como “Panorama”, de Miguel Torga, ou “Portugal”, de Alexandre O’Neill, ou “O Portugal futuro”, de Ruy Belo ou “Lisboa nau parada nau partida”, de Manuel Alegre. Detectável ainda uma certa preferência por uma poesia de toada popular que leva à escolha de poemas como “Barca bela”, de Almeida Garrett ou “Os treze anos”, de António Feliciano de Castilho, “A moleirinha”, de Guerra Junqueiro ou mesmo “O menino de sua mãe”, de Fernando Pessoa ou “Maria Lisboa”, de David Mourão-Ferreira.

Do ponto de vista temático, talvez valha a pena fazer ressaltar dois veios: o canto à liberdade e o canto à infância e à figura da mãe (“Confissão”, de Bulhão Pato, “Ode à Liberdade”, de Jaime Cortesão; “Liberdade”, de Armindo Rodrigues; “Infância”, de Ary dos Santos). Assim como vale a pena referir um frequente acolhimento de uma poesia intimista, onde cabe o dramático debate interior (“Comigo me desavim”, de Sá de Miranda; “Cântico negro”, de José Régio; “Discurso do Príncipe de Epaminondas...”, de Mário Cesariny).

Clara adesão do nosso antologador à poesia satírica, que começa logo com uma canção de escárnio e mal-dizer de D. Dinis; e tão forte é tal adesão que leva à inclusão de Camilo Castelo Branco como poeta, autor de dois sonetos, ou de Filinto Elísio ou, claro, de dois poemas do grande Bocage, ou os mais modernos poemas de uma Natália Correia (“Já as primeiras cousas são chegadas/I”), uma Ana Hatherly (“Esta gente/essa gente”), um Ary dos Santos (“Em louvor e simplificação de Mário Cesariny”). E também a poesia erótica se evidencia com poemas como “Venham ver a maravilha”, de António Botto, ou “Carta a Ângela”, de Carlos de Oliveira, ou “Lítania”, de Eugénio de Andrade, ou “(a carta da paixão)”, de Herberto Helder, ou ainda “Segredo”, de Maria Teresa Horta. Uma referência final à qualidade da edição, extremamente cuidada do ponto de vista gráfico (sob a direcção de Armando Alves), acompanhada ainda por cima de uma reprodução de um quadro, da escolha do antologador, no caso, um “Auto-retrato”, de Júlio Pomar, amigo de longa data de Mário Soares.

Estão, pois, neste livro, reunidas condições para podermos usufruir de excelentes momentos de poesia e, ao mesmo tempo, de sabermos mais sobre Mário Soares, esse leitor de muitas leituras e de poesia também...



PORTUGUESES HOMENAGEIAM SOARES

Mais de 2000 pessoas participavam à hora de fecho desta edição do Acção Socialista, na antiga FIL, à Junqueira, num jantar de homenagem a Mário Soares, para assinalar o seu 80º aniversário. Na mesa de honra estavam Maria Barroso, José Sócrates, Almeida Santos, António Guterres, Francisco Balsemão e Freitas do Amaral com as respectivas esposas, Manuel de Oliveira e Isabel Soares. Houve intervenções de Mário Soares e de Vasco Vieira de Almeida. Fundador do Partido Socialista, lutador antifascista, homem de coragem e perspicácia política raras, Mário Soares é uma figura chave na implantação e consolidação da democracia em Portugal. É ele também o grande responsável pela adesão de Portugal à CEE. Depois de ter sido várias vezes primeiro-ministro em tempos

difíceis, candidatou-se à Presidência da República, tendo sido eleito por dois mandatos. Sempre activo, não se ficou por aqui. Em 1999 foi cabeça de lista do PS às eleições ao Parlamento Europeu, tendo então obtido aquele que foi até então o melhor resultado do partido nestas eleições.

Apesar de hoje em dia não ter cargos políticos, Mário Soares não prescinde, com o seu olhar atento, de uma intervenção lúcida sobre a realidade nacional e mundial.

Uma força da natureza de que todos os socialistas se orgulham e que os portugueses respeitam.

O “Acção Socialista” envia a Mário Soares os mais sinceros parabéns.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.psp.pt / accao